

FACULDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Direito

Bacharelado em Ciências do Estado

Gustavo de Faria Teixeira Guimarães Madeira

ODE AO DECLÍNIO: um estudo de caso acerca da radicalização do cenário político salvadorenho pós-Chapultepec (1992-2023)

Belo Horizonte

2023

Gustavo de Faria Teixeira Guimarães Madeira

ODE AO DECLÍNIO: um estudo de caso acerca da radicalização do cenário político salvadorenho pós-Chapultepec (1992-2023)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Direito da UFMG como requisito básico para a conclusão do Curso de Ciências do Estado.

Orientadora: Letícia Regina Camargo Kreuz

Belo Horizonte

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Jucileide e Luiz, ao Tobias e ao restante de minha família por me auxiliarem emocional e fisicamente durante toda a minha trajetória acadêmica e profissional.

Agradeço aos meus amigos, sejam eles divinopolitanos e belorizontinos, por todo o carinho e incentivo para com as minhas escolhas acadêmicas e, em especial, para com este projeto.

Agradeço também a Prof. Letícia Kreuz, orientadora e inspiração, pelo suporte envolvendo o amadurecimento da ideia e a consequente confecção deste trabalho.

Agradeço à UFMG, pelo ambiente acadêmico de qualidade e excelência e por todas as experiências sublimes que tive enquanto seu aluno de graduação.

E agradeço a mim, por continuar seguindo em frente mesmo em tempos de adversidade e incerteza. O caminho é turbulento, mas também é recompensador.

“Existem muitas coisas que só podem ser vistas através dos olhos daqueles que choraram”

Monsenhor Óscar Romero

RESUMO

A proposta do presente trabalho consiste em analisar a deterioração do cenário político de El Salvador ocorrida entre 1992, ao fim da Guerra Civil Salvadorenha, e o ano de 2023, sob o Governo Bukele. Nesse sentido, foram feitas algumas contextualizações históricas, como a formação do *status quo* bipartidário observado no país durante a maior parte do recorte analisado. Ademais, contribuições estatísticas também foram empregadas sob a forma de tabelas, contendo dados eleitorais e partidários do período. Uma pesquisa bibliográfica aprofundada sobre o tema foi realizada, especialmente estruturada em cientistas políticos latino-americanos. Procurou-se investigar como o ambiente político conturbado salvadorenho pode estar diretamente associado com erosão de suas bases democráticas e o fortalecimento de uma cultura populista, antissistema e autoritária no país. Os resultados apontaram que o próprio Acordo de Chapultepec, somado com décadas de atritos entre a ARENA e FMLN, mantenedoras de um bipartidarismo informal no país, fomentaram a radicalização do discurso político e a alienação da população, acabando por fazer germinar o movimento bukelistas que, em 2023, governa incontestemente El Salvador.

Palavras-chave: El Salvador; estudos latino-americanos; política partidária; Nayib Bukele.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the deterioration of El Salvador's political scene between 1992, at the end of the Salvadoran Civil War, and 2023, under the Bukele government. To this end, some historical contextualizations were made, such as the formation of the two-party status quo observed in the country during most of the period analyzed. Statistical contributions were also used in the form of tables containing electoral and party data for the period. In-depth bibliographical research on the subject was carried out, especially on Latin American political scientists. It sought to investigate how El Salvador's troubled political environment can be directly associated with the erosion of its democratic foundations and the strengthening of a populist, anti-system and authoritarian culture in the country. The results showed that the Chapultepec Agreement itself, coupled with decades of friction between ARENA and the FMLN, which maintain an informal bipartisanship in the country, encouraged the radicalization of political discourse and the alienation of the population, eventually giving rise to the Bukelist movement which, in 2023, governs El Salvador uncontested.

Keywords: El Salvador; latin american studies; party politics; Nayib Bukele.

RESUMEN

El propósito de este trabajo es analizar el deterioro del escenario político de El Salvador entre 1992, al final de la Guerra Civil Salvadoreña, y 2023, bajo el gobierno de Bukele. Para ello, se realizaron algunas contextualizaciones históricas, como la conformación del status quo bipartidista observado en el país durante la mayor parte del período analizado. También se utilizaron aportaciones estadísticas en forma de tablas con datos electorales y de partidos para el periodo. Se realizó una profunda investigación bibliográfica sobre el tema, especialmente sobre politólogos latinoamericanos. El objetivo era investigar cómo el convulso entorno político de El Salvador puede asociarse directamente con la erosión de sus bases democráticas y el fortalecimiento de una cultura populista, antisistema y autoritaria en el país. Los resultados mostraron que el propio Acuerdo de Chapultepec, unido a décadas de fricción entre ARENA y el FMLN, que mantienen un bipartidismo informal en el país, fomentó la radicalización del discurso político y la alienación de la población, dando lugar finalmente al movimiento bukelistas que, en 2023, gobierna El Salvador sin oposición.

Palabras clave: El Salvador; estudios latinoamericanos; política de partidos; Nayib Bukele.

LISTA DE SIGLAS

- ARENA – Aliança Republicana Nacionalista;
- CAFTA – Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos e América Central;
- CDU – Centro Democrático Unido;
- COPAZ – Comissão para a Consolidação da Paz;
- CSJ – Corte Suprema de Justiça de El Salvador;
- FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia;
- FAS – Forças Armadas Salvadorenhas;
- FMLN – Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional;
- GANNA – Grande Aliança pela Unidade Nacional;
- IUDOP – Instituto Universitário de Opinião Pública;
- JRG – Junta Revolucionária de Governo de El Salvador;
- MINUSAL – Missão de Verificação das Nações Unidas em El Salvador;
- NI – Novas Ideias;
- ONUSAL – Missão de Observadores das Nações Unidas em El Salvador;
- PCN – Partido da Conciliação Nacional;
- PDC – Partido Democrata Cristão;
- PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A;
- PNC – Polícia Nacional Civil;
- PRN – Plano de Reconstrução Nacional;
- TSE – Tribunal Supremo Eleitoral;
- UDN – União Democrática Nacionalista;
- UCA – Universidade Centro-Americana José Simeón Cañas;

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Resultados das Eleições de 1988, 1991 e 1994 para a Assembleia Legislativa	21
Tabela 2 – Votos ganhos ou perdidos entre as eleições legislativas de 1994 e 1997	28
Tabela 3 – Resultados das eleições municipais, 1994-2003	30
Tabela 4 – Resultado para as eleições municipais e para o Legislativo de 2021 ...	46

Sumário

1 Introdução	11
2 Revolução negociada e o renascimento político salvadorenho (1992-1994)	12
3 Eleições do Século e a Aplicação dos Tratados de Chapultepec (1994-1997)	18
4 Estagnação socioeconômica e renascimento <i>farabundista</i> (1997-2003)	27
5 Bipartidarismo informal e derrocada democrática (2004 –2014).....	32
6 “Tsunami Bukele” e as eleições de 2019	39
7 Considerações Finais.....	48
Referências	51

1 Introdução

À primeira vista, a pequena nação de El Salvador pode passar despercebida no energético tabuleiro geopolítico latino-americano. Espremida entre os estados de Honduras e Nicarágua, bem no centro da estreita faixa de terra que liga a América do Norte a América do Sul, a pátria salvadorenha é comumente desprezada pelo restante do planeta, vista apenas como mais uma das incontáveis repúblicas das bananas que compõem a região. No âmbito internacional, seu reconhecimento normalmente se limita a atuação das *maras*, violentas gangues nacionais que assolam a região. Apesar de sua aparente insignificância, El Salvador é um conhecido palco de ebulições políticas, econômicas e sociais da região, com a impressionante recente desnaturação constitucional do país chamando atenção internacionalmente.

No contexto acadêmico brasileiro, infelizmente, os estudos que têm a política regional centro-americana como seu objeto são consideravelmente escassos até mesmo na área das relações internacionais. As pesquisas nacionais do tipo centram-se, normalmente, em casos sul-americanos e europeus, relegando a Mesoamérica a um incômodo segundo plano. No caso de El Salvador, esse desinteresse acaba fazendo com que uma das conjunturas políticas regionais mais complexas do continente passe despercebida pelos acadêmicos nacionais.

Martín-Baró (1988) defende que a cultura política democrática salvadorenha se desenvolveu principalmente durante a guerra civil que varreu o país entre 1980 e 1991, com ambos os lados beligerantes sendo, durante quase 30 anos após o fim do conflito, as duas principais forças políticas da região: o esquerdista *Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional* (FMLN) e o direitista *Alianza Republicana Nacionalista* (ARENA).

Nesse sentido, o presente estudo de caso se propõe a analisar tal contexto político pós-guerra, em especial as escolhas que levaram a sua deterioração e radicalização. Ademais, se fazendo valer de uma contextualização teórica acerca dos movimentos populistas *outsiders*, em especial da teoria estabelecida pelo professor e acadêmico Miguel Carreras, da Universidade de Pittsburgh, também será destacado, ainda que de maneira breve, alguns pontos da tumultuada administração de Nayib Bukele, atual presidente do país.

2 Revolução negociada e o renascimento político salvadorenho (1992-1994)

Uma “revolução negociada”. Foi com essas palavras que Terry Lynn Karl, professora de Estudos Latino-Americanos e Ciência Política pela Universidade de Stanford, descreveu o acordo de paz que findou um dos mais violentos embates da Guerra Fria, a Guerra Civil Salvadorenha (1991, p. 147). Assinado no antigo palácio presidencial mexicano Castelo de Chapultepec, o Acordo de Chapultepec representou os esforços, sob a atenta tutela da Organização das Nações Unidas (ONU), entre a confederação rebelde marxista *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional*, popularmente conhecida pela sigla FMLN, e o partido governista liberal *Alianza Republicana Nacionalista*, a ARENA, em resolver suas diferenças ideológicas, sociais e econômicas no âmbito político, abandonando-se as vias belicosas.

Com um saldo de mais de 75 mil mortos e ¼ da população de deslocados (DE SOTO; DEL CASTILLO, 1995, p. 191), o fim do conflito foi acompanhado de perto por uma sociedade traumatizada e fragmentada socioeconomicamente, mas que ao mesmo tempo se mostrava otimista com relação ao período do pós-guerra. Em 16 de janeiro de 1992, enquanto a comunidade internacional assistia os apertos de mãos trocados pelo então presidente Alfredo Cristiani e os cinco líderes insurgentes, milhares comemoravam no centro da capital San Salvador, esperançosos pela reconstrução nacional plural e pacífica que se desenhava.

Nesse sentido, o acordo de paz de Chapultepec buscou lidar com as causas essenciais da guerra como uma maneira de remodelação e reconstrução da sociedade salvadorenha (MONTGOMERY; WADE, 2006, p. 108). Como escrito no próprio texto do acordo, o propósito de ambos os lados com sua assinatura era o de

" [...] encerrar o conflito armado por vias políticas o mais rapidamente possível, promover a democratização do país, garantir respeito irrestrito para os direitos humanos e reunificar a sociedade salvadorenha." (EL SALVADOR, Chapultepec Agreement, 1992, p. 2, tradução nossa)¹

¹ "to end the armed conflict by political means as speedily as possible, promote the democratization of the country, guarantee unrestricted respect for human rights and reunify Salvadorian society"

Pode-se depreender, portanto, que o referido tratado buscou modelar-se de acordo com as necessidades históricas de uma sociedade desigual, política e economicamente pobre, baseada no modelo de administração colonial instituído pela Espanha séculos antes.

O texto final do Acordo de Chapultepec, composto de 75 páginas redigidas para melhor atender às demandas e preocupações das lideranças do FMLN e ARENA, é dividido entre dez capítulos, assim dispostos: “Capítulo I - Forças Armadas”; “Capítulo II - Polícia Nacional Civil”; “Capítulo III – Sistema Judicial”; “Capítulo IV – Sistema Eleitoral”; “Capítulo V - Questões Econômicas e Sociais”; “Capítulo VI - “Participação Política do FMLN”; “Capítulo VII - Cessação do Conflito Armado”; “Capítulo VIII - Verificação das Nações Unidas”; “Capítulo IX- Calendário de Execução”; e “Declaração Final”.²

Apesar de seu teor democrático-progressista, chama a atenção a superficialidade na qual certos capítulos são abordados no texto final do acordo. Tal fator é um demonstrativo da concepção da Missão de Observadores das Nações Unidas em El Salvador (Onusal), grupo responsável por mediar o processo de paz salvadorenho, de que certas questões poderiam vir a serem solucionadas apenas após serem dados os primeiros passos para o estabelecimento de um sistema político plural e dinâmico, sem serem influenciadas pela intransigência e desconfiança mútuas costumeiras entre lados opostos de um conflito de longa duração. Entre os capítulos mais vagos e diminutos, destacam-se o Cap. VIII, que se limita a estabelecer a necessidade de supervisão das Nações Unidas no cumprimento do tratado, sem estabelecer meios para tanto, e o Cap. IV que, mesmo tratando do sistema eleitoral do país, faz pouco mais do que solicitar a criação de uma comissão especial voltada ao tema por parte da Comissão Para a Consolidação da Paz (COPAZ)³, um dos mecanismos nacionais criados para observar e velar pelo cumprimento dos diversos tratados amalgamados no Acordo de Chapultepec.

² “Chapter I – Armed Forces; Chapter II – National Civil Force; Chapter III – Judicial System; Chapter IV – Electoral System; Chapter V; Economic and Social Questions; Chapter VI – Political Participation by FMLN; Chapter VII – Cessation of the Armed Conflict; Chapter VIII – United Nations Verification; Chapter IX – Implementation Timeable; Final Declaration”

³ *Comisión Nacional para la Consolidación de la Paz*

Observa-se, por outro lado, a atenção dispendida em alguns dos pontos considerados mais críticos pelas partes envolvidas. A remodelação das forças armadas do país, tema sensível tanto entre o governo, cujas raízes militares remetem ainda as primeiras décadas do século XX (DOBBINS, 2013, p. 72), quanto entre as forças insurgentes que, em dado momento, chegaram a clamar por uma desmilitarização completa, aos moldes daquela realizada pela Costa Rica em 1948 (KARL, 1991, p. 155), é o principal desses pontos. Tópicos como a “purificação”, “redução” e “subordinação à autoridade civil” do exército salvadorenho representam a base daquele que é um dos mais extensos capítulos do texto final acordado, que também tratou de abordar pontos de particular interesse para a população campesina do país, como o fim da impunidade e a suspensão do recrutamento forçado por parte das forças de segurança.

Ademais, outro tópico que merece atenção particular é aquele que trata da “Policía Nacional Civil”⁴, sendo esse o maior capítulo do Acordo de Chapultepec. Seu tamanho se justifica por se tratar do estabelecimento de um tipo de força de segurança inédito na história do país, com os negociadores internacionais da Onusal julgando ser imperioso a definição de doutrinas, métodos de recrutamento, estruturas e divisões administrativas, regime legal e até mesmo distribuição territorial. Mais ainda, o estabelecimento da PNC, uma instituição teoricamente desmilitarizada e subordinada à autoridade civil, buscava reduzir a influência e protagonismo das forças armadas do país, estas um agente histórico no *status quo* político da região. Os processos de democratização e reforma estrutural das instituições de segurança em El Salvador e na Guatemala, juntamente com os de muitos outros países latinoamericanos, envolveram esforços para separar a segurança pública a partir de sua subordinação à segurança nacional e a valorização e fundamentar conceitos de segurança cidadã (KINCAID, 2000, p. 42). Por fim, também foi uma maneira de englobar os agora ex-insurgentes entre as forças de segurança, dada a intransigência do alto comando militar em institucionalizar o contingente da FMLN enquanto um efetivo militar profissional, como estes últimos desejavam. Nesse sentido, Joaquín Villalobos, um dos líderes insurgentes, chegou a dizer, durante as negociações de paz, que havia “apenas três escolhas: os dois exércitos desaparecem; os dois

⁴ *Policía Nacional Civil*, PNC

coexistem e se tornam institucionalizados; ou um exército ‘desarma’ o outro. [...] A última opção só é possível por vias militares” (VILLALOBOS, 1990, tradução nossa)⁵.

No entanto, talvez seja o 5º capítulo, de nome “Questões Econômicas e Sociais”, aquele que mais viria a impactar a sociedade salvadorenha como um todo nas próximas décadas. Pontos como a desigualdade e hierarquização social sempre se fizeram presentes na realidade centro-americana, heranças das administrações coloniais europeias, pouco interessadas em desenvolver a região. Por essa razão, a remodelação socioeconômica do país foi, desde o primeiro momento, a força motriz por trás da sublevação das forças revolucionárias camponesas, declaradamente inspiradas na revolta armada de Augusto César Sandino na vizinha Nicarágua, durante a década de 30 e 40⁶. A posse de terra, em especial, é uma questão-chave em El Salvador, sendo amplamente tratada como uma das principais causas da própria guerra civil (DEL CASTILLO, 2001, p. 1971). Dessa maneira, destaca-se, no texto do Acordo de Chapultepec, o reconhecimento de um “problema agrário”, com o próprio documento destacando a necessidade, a ser mais tarde ressaltada pela Comissão da Verdade para El Salvador, do estabelecimento de um amplo programa de distribuição de terras, voltado para os ex-combatentes de ambos os lados. Somado a isso, o texto também determina a criação de um Plano de Reconstrução Nacional⁷, grandemente custeado por fundos internacionais, voltado para o desenvolvimento e restauração da infraestrutura e criação de empregos nas regiões mais afetadas pela guerra, sendo essa também uma maneira, além da já mencionada distribuição de terras, de garantir a devida reinserção de ex-soldados no cenário socioeconômico salvadorenho.

Tratada por muito tempo como uma das mais bem sucedidas missões de manutenção da paz de todos os tempos, a Onusal supervisionou, de maneira direta, alguns dos elementos mais críticos dos acordos de paz, incluindo a desmobilização de tropas e o estabelecimento da PNC (MONTGOMERY; WADE, 2006, p. 117). Seu protagonismo seria gradualmente reduzido nos primeiros anos pós-guerra, sendo

⁵ *“There are only three choices: the two army disappear; the two exist and become institutionalized; or one army disarms the other.”*

⁶ Farabundo Martí, líder comunista cujo nome a FMLN referencia, lutou ao lado de Sandino contra a ocupação estadunidense na Nicarágua, auxiliando na organização dos trabalhadores do país.

⁷ *Plan de Reconstrucción Nacional, PRN*

substituída pela Missão das Nações Unidas em El Salvador (Minusal), após o período eleitoral de 1994, a ser abordado mais adiante.

Mais do que um acordo de paz, o texto final assinado em Chapultepec representou as aspirações da sociedade salvadorenha em estabelecer, a partir dos escombros, uma nação mais justa e socioeconomicamente diversa. De maneira inédita na pequena nação centro-americana, reformas institucionais, voltadas para o estabelecimento de uma democracia plena, foram negociadas entre todo o espectro político (KARL, 1991, p. 170). Um caminho dispendioso, mas inegavelmente satisfatório para o povo de El Salvador.

Portanto, o cenário salvadorenho ao início de 1992 era de razoável otimismo. De maneira surpreendente, não apenas foi-se solucionado um dos mais intensos embates da Guerra Fria por vias diplomáticas, mas também, por meio da tutela da ONU, se estabeleceu um ambicioso plano de reconstrução socioeconômica de longo prazo voltado para a abertura política, desenvolvimento de zonas de guerra, amparo social de ex-combatentes, reestruturação governamental e redução da desigualdade. Para Tommie S. Montgomery e Christine J. Wade (2006, p. 108), “esses eram objetivos sem precedentes; nenhuma guerra civil até então havia se encerrado com um acordo destinado não apenas a eliminar as hostilidades, mas, na verdade, a reestruturar a sociedade”. Assim, Chapultepec pode ser tratado como um divisor de águas na turbulenta história do país. Sua promulgação representa um compromisso genuíno de ambos os lados: não observamos apenas a renúncia da esquerda em tomar o Estado à força e impor reformas econômicas radicais, mas também da direita em abrir mão de um modelo de governo autoritário e repressivo (KARL, 1991, p. 148).

Ademais, o apontamento explícito de problemas-chave a serem futuramente solucionados é revelador, pois serve de demonstrativo do nível de confiança mútua que gradualmente englobou militares e insurgentes, que esperavam agora resolver suas diferenças em um tipo distinto de “campo de batalha”.

No entanto, por se tratar de uma experiência inédita na América Central, ainda havia muitas incertezas acerca da validade das medidas tomadas durante as tratativas de paz. Em especial, temia-se que a democratização do processo político salvadorenho, com a perda de protagonismo das elites aristocratas e militares locais e a transição da Frente Farabundo Martí de exército revolucionário para força política,

pudesse voltar ao arrefecimento dos ânimos, o que na prática invalidaria todo o processo de paz cuidadosamente tecido, ao longo de dois anos, pela Onusal. Nesse sentido, todos os holofotes e expectativas estavam apontados para as primeiras eleições democráticas de El Salvador, em 1994. Como escreveu na época Terry. L. Karl:

“[...] acabar com a guerra não necessariamente significa ganhar a paz. Reacionários e revanchistas persistem, problemas-chave foram adiados ao invés de resolvidos, e pode-se esperar que o medo e a incerteza persistam, ao menos até as eleições presidenciais de março de 1994 em El Salvador. O que importa agora é que cada lado gradualmente modere as demandas de seus seguidores, marginalize extremistas e continue o processo de compromisso que os trouxe até aqui.” (1991, p. 148, tradução nossa)⁸.

Nesse contexto, faz-se imperioso destacar, por se tratar também de uma reformulação administrativa e política, e não apenas socioeconômica, da surpreendente falta de um capítulo acerca da Constituição salvadorenha nos textos finais de Chapultepec. Promulgada em 1983, durante o governo fantoche do economista Álvaro Magaña, a Constituição de El Salvador de 83 foi foco de críticas e questionamentos desde os primeiros dias, com a FMLN acusando o processo de ser uma forma do governo da época, fruto de um golpe encabeçado pelos militares da Junta Revolucionária de Governo de El Salvador⁹, de legitimação de seu poder perante a sociedade. Por esse motivo, o estabelecimento de uma ampla reforma constitucional já era uma das principais bandeiras do FMLN antes mesmo do início *de facto* do conflito armado. No entanto, tal exigência continuou a encontrar ferrenha oposição por parte partido governista mesmo após a guerra, temeroso de que a alteração de artigos considerados estratégicos, como o artigo 248, responsável por estipular requisitos para a implementação de emendas constitucionais, pudesse pôr em risco o protagonismo do ARENA no cenário político nacional.

⁸ “[...] ending the war does not necessarily means winning the peace. Reactionaries and revanchists remain, key issues have been postponed rather than resolved, and fear and uncertainty can be expected to persist, at least until El Salvador’s March 1994 presidential elections. What matters now is that each side gradually moderate the demands of its followers, marginalize extremists anc continue the process of compromise that has broght them this far.”

⁹ *Junta Revolucionaria de Gobierno*, JRG

Com o impasse entre os lados beligerantes ameaçando erodir as bases diplomáticas estabelecidas até aquele momento, a solução encontrada pela Onusal foi o de estabelecer “emendas constitucionais específicas para reformas específicas” (KARL, 1991, p. 157, tradução nossa)¹⁰, incluindo aquelas voltadas para o desmantelamento das FAS. Foi sob esse malabarismo constitucional que, em 29 de abril de 1991, a Assembleia Nacional, na prática subordinada ao ARENA, votou a favor da modificação de 35 dos 274 artigos estabelecidos pela Magna Carta salvadorenha. Dessa maneira, o Acordo de Reformas Nacionais N.º 1¹¹, como ficou conhecido o primeiro pacote de emendas constitucionais da história do país, acabou sendo o grande responsável por assentar as diversas reformas governamentais estabelecidas no texto final do Acordo de Chapultepec. Além disso, de maneira um tanto inesperada, tal acordo, de caráter paliativo, acabou trazendo uma estabilidade constitucional incomum em países desestabilizados socioeconomicamente, com a Constituição de 83 ainda em vigor atualmente, apesar de uma revisão de seu texto em 2014.

3 Eleições do Século e a Aplicação dos Tratados de Chapultepec (1994-1997)

Mesmo com o sucesso inicial das negociações de paz, cujo principal fruto foi, naturalmente, o próprio Acordo de Chapultepec, seu legado só se desenvolveria com o andamento da reestruturação política planejada. Nesse sentido, as eleições executivas e legislativas eram o termômetro natural do sucesso do trabalho da Onusal. As primeiras eleições pós-guerra ocorreram apenas dois anos após o fim do conflito, marcadas por grande expectativa nos âmbitos nacional e internacional. Não bastasse o fator cronológico, u outro ponto crítico circundava as eleições de 1994: após um período de 15 anos, as eleições do Executivo e Legislativo voltariam a se coincidir¹². Assim, foi pela confluência dos dois fatores que se criou a expressão, até certo ponto exagerada, de “as eleições do século” (MONTGOMERY; WADE, 2006, p. 113).

¹⁰ “[...]specific constitutional amendments for specific reforms...”

¹¹ “Acuerdo de Reformas Constitucionales N.º 1”

¹² Segundo o sistema eleitoral salvadorenho, previa-se um mandato de 5 anos para presidente e 3 anos para deputados e prefeitos, causando, dessa maneira, eleições conjuntas a cada 15 anos.

Em contraste a outras sociedades pós-conflito, onde a construção da democracia diversas vezes teve de se iniciar do zero e eleições foram organizadas por atores internacionais, El Salvador já era detentor de instituições e procedimentos eleitorais formais plenamente funcionais quando a paz foi assinada no início dos anos 90 (ARNSON; AZPURU, 2008). Mesmo durante a guerra civil, foram realizadas, apesar das acusações da FMLN, duas eleições presidenciais – em 1984 e 1989 – e também uma eleição para a Assembleia Constituinte de 1982, esta responsável por redigir a Constituição Salvadorenha.

As eleições ocorreram em março de 1994 e, graças a intervenções esporádicas da Onusal, que teve seu mandato estendido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas justamente para que pudesse auxiliar na corrida eleitoral, todo o processo se deu sem problemas significativos. Mais de 900 observadores internacionais, oriundos especialmente das Américas e da Europa, julgaram justas as eleições. Naturalmente, o processo não decorreu de maneira perfeita: foram observados problemas com as listas de eleitores, mudanças de locais para a votação e horários irregulares de funcionamento de alguns centros de apuração, além da impossibilidade de milhares de cidadãos votarem devido à falta da documentação necessária (MONTGOMERY; WADE, 2006, p. 114). Apesar disso, todas essas questões foram tratadas como pouco mais que deficiências logísticas, esperadas de um país sobrevivente de mais de uma década de penoso conflito. Ademais, é imperioso destacar o reconhecimento, por parte de todos os agentes políticos salvadorenhos diretamente e indiretamente envolvidos, da transparência e legitimidade das eleições e de seus resultados.

Como era de se esperar, a ARENA e a FMLN, esta última agora devidamente repaginada como uma entidade política, foram os grandes protagonistas do processo, apesar de serem seguidas de perto pelos democratas-cristãos do PDC e também pelos conservadores militaristas do PCN.¹³ No âmbito político, as eleições foram marcadas pela inexperiência da FMLN que, fraturada por divisões ideológicas que já datavam desde o próprio estabelecimento da entidade enquanto grupo revolucionário, se provou incapaz de adotar uma estratégia política clara. Dessa maneira, o grupo optou por estabelecer uma coalizão com dois dos partidos de menor expressividade do país, o Convergência Democrática (CD) e o Movimento Nacional Revolucionário

¹³ *Partido Demócrata Cristiano e Partido de Concertación Nacional*, respectivamente.

(MNR), como forma de validar sua nova posição no cenário eleitoral. A ARENA, por outro lado, se fez valer de seus recursos e experiências superiores, bem como da ampla simpatia do partido pelo setor privado, para adotar uma campanha fortemente estruturada no anticomunismo e na manutenção do *status quo* político do país (AZPURU, 2010, p. 111). Destarte, a hesitação dos marxistas em adotar uma estratégia clara serviu para agravar as acusações de incompetência feitas pelo partido governista, que não poupou esforços em associar o novo partido com os findados regimes soviético e sandinista, este último derrotado eleitoralmente em 1990¹⁴.

Não foi uma surpresa, portanto, quando o advogado e liderança da ARENA Armando Calderón Sol, foi anunciado 41º presidente de El Salvador no dia 24 de abril de 1994, após realizar um segundo turno com Rúben Zamora, líder do CD e aliado de momento da FMLN. Inocentemente, sendo um partido de esquerda, os ex-guerrilheiros agiram com a premissa de que possuíam o apoio incondicional das massas, ignorando o impacto da máquina de propaganda governista enquanto formadora de opinião (DADA, 1994, p. 26). Como a oposição descobriu, derrotar a ARENA durante uma campanha presidencial não seria mais fácil do que derrotar as Forças Armadas durante a guerra.

Ademais, os resultados para o legislativo também se mostraram decepcionantes para a oposição salvadorenha. A ARENA, sendo o partido governista, conseguiu com sucesso salvaguardar o status quo político desenhado desde as eleições de 1988, mantendo as mesmas 39 cadeiras das 83 que compunham a Assembleia Nacional desde 1991¹⁵. Já a FMLN, por sua vez, devido em parte aos fatores citados anteriormente, conquistou apenas 21 cadeiras, um número extraordinário para um partido recém-estabelecido, mas claramente insuficiente para rivalizar com os seus antigos inimigos de armas. Incapaz de penetrar a base eleitoral da ARENA, as cadeiras do FMLN vieram sob às custas de três partidos: o

¹⁴ Após os 11 anos de governo da Frente Sandinista de Libertação Nacional que mais tarde viriam a ser conhecidos como Revolução Sandinista, o partido revolucionário acabaria sendo derrotado eleitoralmente pela Violeta Chamorro. Seu partido, o União Nacional Opositora (UNO), era financiado pelos EUA e pelas tropas paramilitares que atuavam no interior montanhoso do país, ambos inimigos declarados do regime sandinista (OSPINA, 2009).

¹⁵ Em 1991 a Assembleia Legislativa salvadorenha sofreu uma expansão para permitir melhores oportunidades à partidos de menor expressão de ganharem acesso formal ao processo legislativo. Para tanto, foram adicionadas mais de 20 cadeiras entre as eleições de 1988 e 1991.

Convergência Democrática (CD), o Partido da Conciliação Nacional (PCN) e o Partido Democrata Cristão (PDC).

Tabela 1 – Resultados das Eleições de 1988, 1991 e 1994 para a Assembleia Legislativa

PARTIDO	ANO		
	1988	1991	1994
PDC	23	26	18
ARENA	30	39	39
PCN	7	9	4
CD	--	8	1
UDN	--	1	1
FMLN	--	--	21
TOTAL	60	83	84

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral de El Salvador (TSE). Acesso em 24 de outubro de 2023.

Como pode se observar na tabela acima a chegada da FMLN acabou causando, de maneira direta, a “desnutrição” eleitoral de alguns dos mais tradicionais entes políticos de El Salvador, incapazes de responder, satisfatoriamente, aos anseios de uma sociedade em rápido processo de redemocratização. Esse é um processo que viria a ser observado nas próximas eleições do país com intensidade revigorada, conforme a FMLN finalmente se estabelecia enquanto um agente político protagonista.

Ademais, foi durante o governo de Armando Calderón que o processo de paz assumiu a sua fase final, ainda que de maneira um tanto insatisfatória. Com a Onusal finalmente sendo substituída pela Minusal, Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador, a continuidade do processo de reestruturação administrativa e socioeconômica ficou grandemente relegada a um novo governo do ARENA, que, tendo sido eleito sob a bandeira de manutenção do *status quo*, possuía poucos motivos para respeitar integralmente o texto do Acordo Final de Chapultepec. Dessa forma, programas considerados de alto prioridade, como o da eliminação de forças

paramilitares e a criação da Polícia Nacional Civil sofreram cortes significativos (BOYCE, 1996).

Esse também foi o caso do programa de redistribuição de terras, um dos carros-chefes do trabalho da Onusal no país. Ainda que não fosse a reforma agrária de amplitude nacional desejada pela FMLN, os termos estabelecidos apontavam para uma ambiciosa remodelação socioeconômica ao menos das regiões mais afetadas pela guerra, com a reintegração de ex-combatentes na sociedade civil do país por meio da aquisição de lotes de terras. No entanto, a própria realidade do conflito, responsável por forçar a migração de milhões de camponeses, em especial das zonas montanhosas pouco acessíveis no norte do país, serviu para impossibilitar um sucesso total da iniciativa. Questões envolvendo titularidade dos lotes muitas vezes tornavam impossível ter certeza de quem eram os seus antigos donos, muitos deles refugiados nos Estados Unidos¹⁶. Além disso, a falta de um sistema eficiente de verificação de antecedentes significou a incerteza dos órgãos administrativos sobre quem deveriam ser, de fato, os beneficiários do programa, em teoria vetado para civis. Curiosamente, muitos foram os equívocos, também, a respeito dos termos previstos nos acordos, havendo quem se surpreendesse ao descobrir que, na realidade, teria de pagar pela terra, ainda que a preços não-exploratórios (MONTGOMERY; WADE, 2006, p. 110).

É imperioso ressaltar, apesar disso, que mesmo as atabalhoadas reestruturações empreendidas pelos governos de Cristiano e Calderón representam um divisor de águas na história da nação salvadorenha, historicamente desigual e autoritária. A tímida reforma agrária empreendida – parcialmente – aos moldes do acordado em Chapultepec, por exemplo, é um demonstrativo de mudança em uma sociedade estagnada socioeconomicamente durante séculos, em especial quando se leva em conta que, entre 1980 e 1983, o popularmente pressionado governo do país buscou empreender uma redistribuição de terras própria, sendo barrado por uma elite

¹⁶ Mesmo com o fim da guerra civil em 1992, centenas de milhares de salvadorenhas optaram por viverem, muitos ilegalmente, nos EUA, sendo comum o envio de remessas financeiras para suas famílias. Hodiernamente, de acordo com um censo realizado pelo governo estadunidense em 2022, os salvadorenhas representam o terceiro maior grupo étnico-cultural hispânico do país, com a sua comunidade de aproximadamente dois milhões e meio de cidadãos perdendo apenas dos mexicanos e porto-riquenhos.

cafeeira numericamente diminuta¹⁷, mas pouco interessada em perder seus privilégios econômicos geracionais (PAIGE, 1996, p. 137).

Destaca-se também o projeto de desmilitarização nacional, em voga antes mesmo do fim oficial dos conflitos e que acabou por ser cumprido de maneira razoavelmente eficaz ao fim da década de 90. Durante o governo de Calderón Sol, tanto as forças paramilitares bancadas pelos Estados Unidos¹⁸ quanto a maioria do exército campesino da FMLN foram rapidamente desarmados e desmobilizados, um feito impressionante levando-se em conta que apenas três anos separam o fim oficial da guerra civil e as “eleições do século” salvadorenhas. Ademais, tal processo também pôde ser observado, talvez até mesmo com maior eficiência, com a redução das forças armadas do país, um tópico sensível e central durante as negociações de paz, como mencionado anteriormente. Entre 1992 e 1994, antes mesmo da chegada de Calderón ao poder, o exército nacional foi reduzido de 40 mil tropas para um contingente de 28 mil, o que, quando combinado com a separação das forças de segurança civis do controle militar, acabaram por alcançar a meta estabelecida em Chapultepec (KINCAID, 2000, p. 44). Seguindo as recomendações da Comissão da Verdade da ONU, o governo salvadorenho também empreendeu um expurgo contra dezenas de oficiais militares acusados de perpetrarem violações de direitos humanos, incluindo coronéis, generais e até mesmo o Ministro da Defesa do governo Cristiani, o comandante René Emílio Ponce, principal responsável pelo massacre dos professores jesuítas da Universidade Centro-Americana, em 1989¹⁹. Como pontua Charles Call:

¹⁷ A oligarquia cafeeira salvadorenha – e, por consequência, sua elite socioeconômica – era popularmente conhecida como “*Las Catorce*”, em referência ao número de famílias que controlavam a maior parte das terras do país. Entre essas famílias estão os Sola, Salaverria e Llach, ainda relativamente influentes política e economicamente.

¹⁸ Parte central na política anticomunista empregada pelos EUA na América Latina, diversos batalhões de contra insurgência foram custeados durante os anos 50 e 90. O principal grupo do tipo em El Salvador, o Batalhão Atlacatl, responsável por alguns dos mais conhecidos massacres perpetrados durante a guerra civil, foi fundado na Escola das Américas, um instituto militar estadunidense sediado no Panamá. Deduz-se que o grupo tenha sido o responsável pela morte do Monsenhor Romero, arcebispo salvadorenho, referenciado na epígrafe desse trabalho, assassinado a queima roupa durante um rito religioso em 24 de março de 1980.

¹⁹ No que é um dos momentos mais memoráveis da guerra civil, paramilitares do Batalhão Atlacatl invadiram um dos edifícios da UCA e assassinaram oito pessoas, incluindo seis professores e uma garota de dezesseis anos. Supostamente, a instituição jesuíta teria laços com os *farabundistas*.

“[...] um progresso notável foi alcançado na reforma militar. Pela primeira vez na história, um exército latino-americano submeteu seu corpo de oficiais à revisão e verificação externas. Os piores violadores de crimes de guerra foram expulsos, o orçamento foi reduzido e novos níveis de responsabilização e contribuição cidadã foram alcançados. Em 2002, o exército possuía aproximadamente o mesmo tamanho que a Polícia Nacional Civil, e sua doutrina e missões refletiam ênfase significativa no respeito e nas funções clássicas de defesa externa.” (CALL, 2003, p. 836, tradução nossa)²⁰

No entanto, a resistência dos militares em perder seu protagonismo sociopolítico, bem como a desconfiança mútua acerca da incorporação de ex-combatentes no efetivo da PNC e na relutância dos governos Cristiani e Calderón no remanejamento de recursos e capital interno e externo para a área de segurança também levaram a diversos postergamentos e fracassos no âmbito da segurança pública, em especial tratando-se do estabelecimento da própria Polícia Civil Nacional, que desde o início teve de lutar por equipamentos básicos (MONTGOMERY; WADE, 2006, p. 113).

Somado a isso, a ambiguidade do acordo final, ainda que necessária para a sua ratificação pelas partes envolvidas, acabou auxiliando no manutenção de ao menos parte da influência dos militares na sociedade civil. A falta de uma posição clara acerca da chefia, por parte de militares da ativa, de empresas e órgãos estatais, por exemplo, acabou fazendo com que as forças armadas por muitos anos continuassem a controlar diretamente serviços estratégicos, como os portuários, de telecomunicação, água e correios (KINCAID, 2000, p 44). Curiosamente, o tratado também não proíbe militares de serem empossados enquanto ministros da defesa, um passo visto como natural para sociedades em processo de desmilitarização.

Mesmo com todas as questões envolvendo a implosão da influência militarista nos âmbitos social, político e econômico salvadorenhos, foi no Poder Judiciário onde se deram as maiores dificuldades de implementação dos pontos acordados em Chapultepec. Décadas de autoritarismo e politizações levaram ao desenvolvimento

²⁰ “[...] remarkable progress was achieved in military reform. For the first time in history, a Latin American military submitted its officer corps to external review and vetting. Its worst human rights violators were purged, its budget reduced, and new levels of accountability and civilian input reached. As of 2002, the army was roughly the same size as the National Civilian Police, and its missions and doctrine reflected significant emphasis on classic external defence functions and respect”

de um Judiciário altamente corrupto e carente de advogados e juizes de alto nível (MONTGOMERY; WADE, 2006, p. 111).

A consequência imediata de um sistema judiciário deficitário e elitista foi a dificuldade de julgar e culpabilizar – e não apenas expurgar ou transferir, como normalmente ocorreu com militares de alta patente – criminosos de guerra dos mais diversos níveis sociais. Segundo Amélia Green e Patrick Ball (2019), cujas pesquisas resultaram no artigo “*Civilian killings and disappearances during civil war in El Salvador*”²¹, aproximadamente 71.629 salvadorenses, a maior parte civis, morreram ou desapareceram durante os conflitos, com 30% das vítimas concentradas apenas em 1982, o ano mais sangrento da guerra. Em 20 de março de 1993, ao fim do mandato de Cristiani e cinco dias após a divulgação do relatório final da Comissão da Verdade, onde registrou-se uma estimativa de que 95% das violações de direitos humanos perpetradas desde 1980 teriam sido cometidas pelo exército e entidades paramilitares (MONTGOMERY; WADE, 2006, 112), a Assembleia Legislativa aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 486, uma lei de anistia geral.

Chamada de Lei Geral de Anistia para a Consolidação da Paz, o novo decreto foi uma manobra entre os militares e políticos da ARENA e PCN para blindar judicialmente criminosos de guerra (ANSORG; KURTENBACH, 2023, p. 11). Vale destacar, destarte, que essa foi a segunda anistia vigente no El Salvador pós-guerra. No entanto, a Lei da Reconciliação Nacional, aprovada em janeiro de 1992 graças a pressão da Onusal, possuía um escopo significativamente menor, objetivando a integração política de lideranças guerrilheiras, um passo necessário para a reestruturação da FMLN em um partido institucionalizado. A abrangência do decreto nº 486 pegou a oposição, bem como as instituições internacionais de construção e manutenção de paz de surpresa. A nova lei, responsável por vetar julgamentos de crimes cometidos durante a guerra em varas cíveis e criminais, serve de símbolo de onde o poder socioeconômico pós-guerra em El Salvador continuava assentado e da fraqueza da FMLN, naquele momento carente de capital político, em fomentar uma reestruturação societária de longo prazo.

²¹ “Matanças e desaparecimentos de civis durante a guerra civil em El Salvador” (tradução nossa)

“Além da impunidade para a violência relacionada à guerra, a segunda lei de anistia teve consequências diretas para a reforma do setor de segurança prevista no acordo de paz, tornando irrelevantes as principais recomendações da Comissão da Verdade, como o veto aos juízes da Suprema Corte e altos funcionários militares. A anistia ajudou o governo da ARENA a proteger lideranças militares da demissão pelo seu envolvimento e responsabilidade em graves violações de direitos humanos. A maioria dos oficiais conseguiu completar seus mandatos regulares e se aposentou com todos os privilégios. Ao mesmo tempo, um número significativo de militares aposentados permaneceu em instituições estatais relacionadas à segurança pública.” (ANSORG; KURTENBACH, 2023, p. 9, tradução nossa)²²

Tal situação viria a ser alterada apenas em 2016, quando a Suprema Corte (CSJ)²³, em uma sessão histórica, declarou a Lei Geral de Anistia para a Consolidação da Paz inconstitucional. No acórdão, entendeu-se que a anistia violava, de maneira direta, os direitos fundamentais do povo salvadorenho. A revogação da lei imediatamente fez com que organizações da sociedade civil – mas não a FMLN – pressionassem pela retomada das investigações de crimes contra a humanidade perpetrados durante a guerra, como o massacre de El Mozote onde, em 1981, forças militares, policiais e paramilitares assassinaram quase mil civis, em sua maior parte mulheres, crianças e idosos (ANSORG; KURTENBACH, 2023, p. 11). Como resposta, nos meses seguintes à decisão, uma nova lei de “reconciliação” foi discutida pela ARENA, PCN e FMLN, este último, vale dizer, já distante dos ideais revolucionários que motivaram a criação do grupo na década de 80. Ainda assim, não apenas a pressão internacional ajudou a diminuir grandemente o escopo previsto dos beneficiados como a lei, após ser aprovada pelo Congresso em fevereiro de 2020, foi vetada pelo atual presidente do país, Nayib Bukele, que se fez valer do momento para

²² “Beyond impunity for war-related violence, the second amnesty law had direct consequences for the security sector reform envisioned in the peace agreement rendering major recommendations of the Truth Commission such as a vetting of the Supreme Court justices and high military officials irrelevant. The amnesty helped the ARENA government to protect the military leadership from dismissal for their involvement and responsibility in gross human rights violations. Most of officers were able to complete their regular terms and retired with all the related privileges. At the same time, a significant number of former military officers remained in state institutions mainly related to public security.”

²³ Corte Suprema de Justicia

atacar o Poder Legislativo e fortalecer sua posição antipolítica, a ser analisada mais adiante.

4 Estagnação socioeconômica e renascimento *farabundista* (1997-2003)

Sem muitos pontos que se sobressaíssem, a administração Calderón foi marcada pelas polêmicas acerca do devido cumprimento dos termos estabelecidos em Chapultepec, do aumento da criminalidade e das privatizações de empresas estatais. A adoção dogmática do modelo neoliberal estadunidense teve um profundo efeito sob as classes média e baixa, com mais de 12 mil trabalhadores sendo demitidos entre 1994 e 1996 (MONTGOMERY; WADE, 2006, p. 119). Ademais, a adoção de um aumento no imposto de valor agregado, que saiu de 10 para 13%, motivado pela desaceleração da economia, fez encarecer a cesta básica, causando atrito entre o governo e a base mais humilde da população.

A resposta popular veio nas eleições legislativas de 1997, no que era certamente o momento mais delicado do partido governista desde a sua criação em 1981, já no início do conflito. Pela primeira vez, a azeitada máquina política da ARENA observou a retração de suas bases eleitorais, incluindo a prefeitura da capital, São Salvador, onde os 26.027 votos a mais, ou 7,4% dos votos válidos na cidade²⁴, garantiram a vitória para a FMLN. Mesmo contando com outras prefeituras consideradas estratégicas, os resultados municipais foram terríveis para a ARENA, com a FMLN triplicando o número de prefeituras conquistadas. Em La Libertad, na época a segunda maior cidade do país e tradicional base governista, a vitória da ARENA veio sob uma margem de apenas 5.535 votos do candidato da oposição. Já em Ahuachapán, sexto maior centro urbano salvadorenho naquele momento, a margem foi ainda mais apertada, de 713 votos.

No âmbito legislativo, o cenário também era delicado para o partido de Calderón e Cristiani. Vinte e oito deputados foram eleitos sob a bandeira da ARENA, um número considerável, dadas as proporções nacionais, mas pífio para um partido que outrora controlou, de maneira direta, metade da Assembleia. A distância para a

²⁴ De acordo com o *Tribunal Supremo Electoral* (TSE), dos 341.286 votos válidos, 142.117 foram da FMLN, 116.060 foram da ARENA, com os 83.109 votos restantes divididos entre outros nove partidos, incluindo o PCD, o PCN e o CD.

FMLN, de confortáveis dezoito cadeiras em 1994, agora se resumia a apenas uma, tendo o partido marxista logrado em conquistar mais seis cadeiras de uma eleição para outra. Como se faz notar, tendo os dois últimos governos decepcionado até mesmo a sua base tradicional de apoiadores, a elite cafeeira, ao buscar a diversificação econômica e a industrialização nacionais (MONTGOMERY; WADE, 2006, p. 119), além da ebulição socioeconômica causada pelas políticas neoliberais e aumento da criminalidade, o resultado prático foi o derretimento do capital político do partido, que acabou perdendo mais de 200 mil votos de 1994 para 1997, uma queda total de quase 35%.

Tabela 2 – Votos ganhos ou perdidos entre as eleições legislativas de 1994 e 1997

Partido	1994	1997	Votos ganhos/perdidos	Porcentagem
ARENA	605.775	396.301	-209.474	-34,6
FMLN	287.811	369.709	+81.898	+22,2
PDC	240.451	93.545	-146.906	-61,1
PCN	83.520	97.362	+13.842	+14,2

Fonte: Montgomery e Wade (2006)

Ademais, a desidratação do PDC, observável na tabela acima, serve de demonstrativo do cenário de polarização que se desenvolveu em El Salvador no período pós-guerra. Conforme a oposição se concentrava na FMLN, partidos tradicionalíssimos na cultura política nacional, como o dos democratas-cristãos, passaram a ver um enfraquecimento significativo de suas bases de apoio tradicionais. As dificuldades em responder aos anseios e necessidades de uma sociedade cada vez mais dinâmica e globalizada também certamente ajudaram na derrocada de entidades do tipo, outrora protagonistas.

Dessa maneira, com a aparente derrocada da ARENA e a consolidação da FMLN enquanto força política, é natural que todos os holofotes fossem direcionados para as eleições presidenciais de 1999. Fortalecida pelas eleições legislativas, a FMLN optou por tentar uma candidatura própria, julgando ser desnecessário o estabelecimento de uma coalização, como ocorreu em 94. No entanto, as divisões

ideológicas do partido, originárias da própria formação diversa da entidade enquanto grupo revolucionário²⁵, fizeram com que, desde o início, sua candidatura fosse alvo de desgaste interno e externo. Dividida entre os “Renovadores”, que defendiam a transição para um modelo democrático de administração partidária, e os “Ortodoxos”, que advogavam pela manutenção do centralismo-democrático de bases leninistas vigente, a FMLN encontrou notável dificuldade em estabelecer quem viria a ser o seu presidenciável. O caos generalizado no qual se deram as convenções partidárias de agosto de 98, inclusive com relatos de brigas entre apoiadores dos dois grupos, foi amplamente utilizado como propaganda pela ARENA, feliz em observar a aparente implosão da oposição.

Somado a isso, graças a experiência acumulada de quase duas décadas de governo e as fartas doações das classes médias e altas, que, mesmo decepcionadas com as políticas dos governos Cristiani e Calderón, nutriam ainda menos simpatia pelo discurso marxista revolucionário, a ARENA demonstrou ser capaz de se recuperar rapidamente para as eleições de 99. Após os resultados desastrosos de 97, as dissidências internas da FMLN, que motivaram até mesmo a expulsão de lideranças históricas, foram muito bem recebidas pelos governistas, sendo habilmente utilizadas como um demonstrativo de suposta incompetência. Isso, somado ao discurso alienante anticomunista que viria a ser tornar lugar comum no cenário político salvadorenho (AZPURU, 2010, p. 113), provaram ter um efeito devastador sob a opinião pública, situação essa que a FMLN, demasiadamente ocupada com suas fraturas internas, falhou em perceber. O tamanho do sucesso propagandístico da ARENA ficou evidente quando, em março de 1999, saíram os resultados das eleições. Por 52% dos votos, não apenas o candidato governista Francisco Flores havia saído vitorioso, como essa vitória se deu ainda em primeiro turno, com o candidato da oposição, o ex-comandante guerrilheiro Facundo Guardado, recebendo apenas 29% dos votos.

Faz-se imperioso destacar, no entanto, que mesmo o processo eleitoral salvadorenho já demonstrando alguns sinais de desgaste nesse momento, como a

²⁵ Fundada após uma greve geral que parou El Salvador durante os dias 24 e 25 de junho de 1980, a FMLN surge enquanto uma confederação de cinco das mais influentes organizações político-militares marxistas atuantes no país: as Forças Populares de Libertação, o Exército Revolucionário do Povo, a Resistência Nacional, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos e as Forças Armadas de Libertação, esse última um braço armado do ilegal Partido Comunista salvadorenho.

disseminação em larga escala do fantasioso discurso anticomunista e a própria polarização ARENA-FMLN na qual se desenhava o novo *status quo* político do país, não se observou quaisquer tentativas de erodir o ambiente democrático estabelecido pós-guerra, um demonstrativo do rápido amadurecimento político de uma sociedade traumatizada por 12 anos de combates. Mesmo Guardado, nome do FMLN durante a acachapante derrota eleitoral de 99, não ousou questionar resultados eleitorais tão surpreendentes e desastrosos, optando, ao invés disso, em responsabilizar a divisão partidária interna de “Renovadores” e “Ortodoxos” (MONTGOMERY; WADE, 2006, p. 120).

À parte das promessas feitas durante a campanha eleitoral, poucas mudanças significativas no âmbito socioeconômico foram empreendidas pelo governo Flores. A incapacidade governamental em lidar com as *maras*, gangues formadas por salvadorenhos imigrados nos EUA, fez com que São Salvador tivesse a pouco invejável alcunha de “capital mundial do crime”, com o índice de assassinatos chegando a 127 por 100 mil habitantes. Além disso, após quinze anos no governo, a ARENA havia claramente definido uma impopular política econômica neoliberal, que incluía, entre outras coisas, a dolarização da economia e a privatização de serviços estratégicos, como companhias telefônicas, bancárias e energéticas (AZPURU, 2010, p. 112). Nesse sentido, uma pesquisa realizada em 2000 pelo Instituto Universitário de Opinião Pública, o IUDOP²⁶, da Universidade Centro-Americana apontou que 84,1% dos entrevistados discordavam da manutenção, por parte de Flores, da política econômica adotada pela administração Calderón (MONTGOMERY; WADE, 2006, p. 121).

A ineficiente gestão do novo governo, somada com o fraco desempenho da ARENA nas eleições municipais e legislativas de 2000, ajudaram a transformar a FMLN na maior entidade política de El Salvador. Mesmo sob forte pressão das disputas internas, que viriam a levar a expulsão de Guardado em outubro de 2001, o partido demonstrou grande resiliência não apenas ao eleger duas dezenas de prefeitos a mais do que nas eleições de 97 – incluindo a capital São Salvador – mas também por destronar a ARENA enquanto maior força política da Assembleia.

²⁶ Instituto Universitario de Opinión Pública

Tabela 3 – Resultados das eleições municipais, 1994-2003

	NÚMERO DE MUNICÍPIOS			
	1994	1997	2000	2003
ARENA	207	162	127	113
FMLN	13	48	67	61
COALIZÃO				
FMLN	2	3	10	12
PDC	29	15	16	15
PCN	10	18	33	50
CDU	0	0	4	6

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral de El Salvador (TSE). Acesso em 5 de novembro de 2023.

Com o enfraquecimento de suas bases eleitorais e a dificuldade em atrair novos eleitores em uma sociedade descrente após três governos vacilantes, a ARENA optou por alterar radicalmente sua estratégia para as eleições de 2004. Durante mais de duas décadas, o partido decidiu por escolher figuras políticas tradicionais para concorrerem às eleições presidenciais, normalmente associadas à elite salvadorenha²⁷. No entanto, na convenção partidária de 2003, a liderança do grupo surpreendeu ao escolher Antonio Elias Saca, na época um famoso locutor esportivo sem experiência no âmbito político. A escolha de Saca se provaria um divisor de águas para a política de El Salvador: pela primeira vez na história do país, um *outsider* concorreria à eleição sob a bandeira de um partido tradicional.

Por ser uma classificação relativamente nova no cenário acadêmico, são comuns as discussões acerca da definição e abrangência do termo “*outsider*”, especialmente na área dos estudos latino-americanos. Para Linz (1994), o termo faz referência à “candidatos não identificados com ou apoiados por qualquer partido político, por vezes sem qualquer tipo de experiência política ou governamental”. Destaca-se que essa é uma definição bastante restritiva, onde nem mesmo Antônio

²⁷ Alfredo Cristiani, responsável pela assinatura dos tratados de paz, era herdeiro de uma das famílias mais ricas do país e congressista; Armando Calderón, além de um dos fundadores da ARENA, era também um advogado de renome; Francisco Flores, professor graduado em Oxford e Harvard, chegou a ser congressista, secretário e até ministro.

Saca – um desconhecido político, mas que concorreu sob as bênçãos dos caciques da ARENA – se encaixaria.

Barr (2009), opta por uma aproximação um pouco mais branda, mas que ainda assim excluiria Saca, ao definir um *outsider* como sendo “alguém que ganha proeminência política não através ou em associação com um partido já estabelecido e competitivo, mas como político independente ou em associação com partidos novos ou recém-criados”. Como se pode ver, tal conceituação acaba ignorando candidatos politicamente inexperientes, mas que defendem partidos tradicionais.

Por isso, para fins metodológicos, as definições de *outsider* empregadas serão aquelas estabelecidas por Miguel Carreras no artigo “*The Rise of Outsiders in Latin America, 1980-2010: An Institutional Perspective*”²⁸. Para Carreras (2012), “*outsiders* políticos são candidatos que (a) não possuem carreira prévia na política ou na administração pública ao início da campanha e/ou (b) participam das eleições sendo politicamente independentes ou em associação com partidos novos”²⁹. Ademais, o termo é subdividido em três categorias distintas, a depender da experiência política e base partidária do candidato. Os “*full outsiders*”, ou “*outsiders* completos”, são candidatos carentes de experiência e que competem por partidos recém-estabelecidos ou insignificantes no âmbito nacional, como foi o caso do bispo paraguaio Fernando Lugo; os “*mavericks*” ou “rebeldes”, representam políticos de carreira, mas que concorrem por partidos recém-estabelecidos, como o advogado colombiano Álvaro Uribe; e, por fim, os “*amateurs*”, ou “amadores”, são candidatos carentes de experiência prévia, mas que competem sob bandeiras partidárias tradicionais, como o locutor salvadorenho e candidato da ARENA, Antonio Saca.

5 Bipartidarismo informal e derrocada democrática (2004 –2014)

Com o fortalecimento da FMLN e a inédita perda de protagonismo da ARENA, as eleições de 2004 foram as mais divisivas e polêmicas do período pós-guerra até

²⁸ “*A Ascensão de Outsiders na América Latina, 1980-2010: Uma Perspectiva Institucionalista*” (tradução nossa).

²⁹ “[...] *political outsiders* are candidates who (a) have not had a previous career in politics or public administration when the campaign starts and/or (b) participate in the elections as political independents or in association with new parties”

aquela data (HOLIDAY, 2005, p. 77). O embate entre Antonio Saca e o *farabundísta* e ex-comandante Schafik Hándal reviveu, sob diversos aspectos, os tempos de Guerra Fria. O medo de sair derrotada das eleições levou a ARENA a desgastar, por diversas vezes, o cenário eleitoral democrático salvadorenho, como o apoio incondicional a um *outsider* leva a perceber. Dessa maneira, uma intensa campanha de desinformação foi empreendida, ajudando reviver o medo anticomunista com constantes referências midiáticas às supostas relações de Hándal com organizações terroristas e com o governo cubano (MONTGOMERY; WADE, 2006, p. 124). A ARENA, aproveitando-se da perda de protagonismo nos âmbitos legislativo e municipal, também usou do momento para adotar um discurso antissistema, em uma clara tentativa de se desassociar do fraco desempenho das últimas três administrações do país, todas sob a bandeira conservadora do partido. A FMLN, por sua vez, decidiu focar suas críticas na assinatura do CAFTA, um tratado de livre comércio assinado entre países centro-americanos e os Estados Unidos em 2004, e no envio de centenas de tropas salvadorenhas para o Iraque, como parte das forças de coalizão que invadiram o país asiático em 2003.

O medo de uma vitória da FMLN, midiaticamente associada às administrações cubana, venezuelana e sandinista, somada com o discurso *antiestablishment* adotado pelos conservadores governistas ajudou, dessa maneira, a revigorar as bases da ARENA (MONTGOMERY; WADE, 2006, 124). O resultado, para a consternação da oposição, foi a vitória retumbante de Saca, ainda no primeiro turno, por 57,73% dos votos válidos. Ao menos em um primeiro momento, a estratégia governista se provou ser um sucesso para as ambições do partido: em seu momento politicamente mais delicado em duas décadas, a ARENA logrou em permanecer no poder, mais uma vez afugentando seus antigos inimigos de guerra. Os resultados eleitorais também causaram ondas de choque por toda a América Central: apenas pela segunda vez na história da região³⁰ – e primeira no século XXI –, um *outsider* político fora democraticamente eleito presidente (CARRERAS, 2013, p. 22).

³⁰ O primeiro presidente *outsider* centro-americano foi a jornalista nicaraguense Violeta Chamorro, que governou entre 1990 e 1997. Ex-sandinista e candidata pela coalização *Unión Nacional Opositora* (UNO), Chamorro também foi a primeira mulher eleita presidente por meio de uma eleição direta no continente americano. De acordo com a metodologia utilizada, trata-se de uma "outsider completa" (CARRERAS, 2013, p. 22).

No entanto, os impactos nacionais futuros da adoção de uma estratégia política consideravelmente radicalizada e antidemocrática viriam em pouco tempo a pôr em xeque o real sucesso das escolhas da ARENA em 2004. A adoção de um discurso alienante antissistema em uma população descrente politicamente provou ser uma estratégia imprudente em um cenário de democratização (WOLF, 2009, p. 454). Não é exagero associar a crise de legitimidade política germinada durante as eleições de 2004 com a estagnação do processo de consolidação democrática empreendido no país desde 92, com o Acordo de Chapultepec. A consecutiva piora na violência, somada com o sufocamento econômico vivenciado no país, ambos problemas que o governo Saca falhou em solucionar, também certamente ajudaram a radicalizar e a polarizar a política salvadorenha pós-guerra.

Outrossim, as eleições legislativas de 2006 foram marcadas por violações constitucionais e eleitorais por parte do governo Saca, incluindo participações em campanhas partidárias e difamatórias por parte do presidente, que também incentivou a utilização da aparelhagem governamental para propagandear e fortalecer os candidatos conservadores (WOLF, 2009, p. 456). Ainda assim, os resultados finais apontaram para um impasse entre as duas maiores entidades políticas de El Salvador. Do lado da ARENA, a retomada de parte de suas bases eleitorais perdidas em 2000 e 2003, juntamente com a conquista de mais cadeiras na Assembleia do que a oposição, certamente são pontos positivos a serem destacados; no entanto, a capital continuava sob firme controle dos *farabundístas*, além de que o objetivo principal do partido de assegurar maioria absoluta no legislativo provou ser uma tarefa impossível. Já a FMLN viu a perda de parte de seus municípios, mas a conquista de mais uma cadeira no Legislativo, ainda assim continuando a ser a segunda força na Casa. Notavelmente, tais resultados viriam a apresentar poucas flutuações durante as próximas quatro eleições legislativas, um demonstrativo da intensificação do processo de polarização na qual o país se encontrava desde o início do processo de reabertura política e que só viria a ser encerrada com as eleições presidenciais de 2019.

Para as eleições presidenciais de 2009, foi a vez da FMLN, inspirada pelo recente sucesso eleitoral da ARENA, replanejar as estratégias e posicionamentos políticos que caracterizaram o partido durante seus vinte anos de existência,

apontadas por muitos como responsáveis diretos pela coletânea de fracassos no âmbito executivo. Sobre isso, Azpuru (2010) destaca:

“Ao longo dos anos de domínio da ARENA, a FMLN manteve uma forte e importante base de apoio entre os cidadãos que se identificavam claramente com a esquerda e, em certa medida, entre os de centro-esquerda. O partido, no entanto, parecia não ter sucesso em gerar apoio eleitoral suficiente entre os eleitores do centro, principalmente porque sua posição em questões como CAFTA e dolarização não parecia ressoar entre os eleitores moderados. A escolha de ex-comandantes da FMLN, como Guardado e Handal, como candidatos em duas eleições anteriores também não pareceu ajudar a causa.” (p. 129, tradução nossa)³¹

A solução prática encontrada para alcançar o eleitorado de centro foi a moderação do discurso revolucionário do partido. Dessa maneira, contrariando a tradição, o candidato escolhido para concorrer às eleições não foi uma liderança histórica da FMLN, mas, assim como a ARENA havia feito em 2004, um *outsider* político: o âncora televisivo e jornalista Mauricio Funes. Muitas são as similaridades entre Saca e Funes. Ambos eram populares apresentadores – de rádio e televisão, respectivamente – recrutados pelos partidos mais poderosos do país para concorrer enquanto presidenciáveis (CARRERAS, 2013, p. 26). Além disso, ambos representavam o espectro de *outsider* “amador”, justificado pela falta de experiência política, servindo de apostas *antiestablishment* de entidades políticas tradicionalíssimas, mas fragilizadas.

Dessa vez, o discurso moderado e a adoção de um *outsider* enquanto presidenciável foram o suficiente para não apenas expandir a base eleitoral do partido, como também para enfraquecer o discurso anticomunista vigente. Nem mesmo as tentativas midiáticas de associar o candidato a vice de Funes, o ex-

³¹ “Throughout the years of ARENA’S dominance, the FMLN maintained a strong and important base of support among citizens who clearly identified with the left and, to a certain extent, among those at the center-left. The party, however, seemed unsuccessful at generating enough electoral support among voters at the center, mostly because its stance on issues like CAFTA and dollarization did not seem to resonate with moderate voters. The choice of former FMLN commandants, such as Guardado and Handal, as candidates in two previous elections did not seem to help the causa, either.”

comandante guerrilheiro Salvador Sánchez Cerén, com as *maras* e até as FARC³² fizeram surtir efeito sob a população. Por sua vez, a ARENA apostou na candidatura do político e ex-chefe de polícia Rodrigo Ávila, em uma tentativa de reduzir os danos causados pelo contínuo aumento da criminalidade no país. Na visão de Azpuru (2010), a questão econômica, que naquele momento havia claramente ultrapassado a violência enquanto problema mais importante para os salvadorenos, foi provavelmente uma desvantagem para a ARENA, visto que o presidenciável escolhido, bem como o seu discurso “*mano dura*”, não poderia ter o impacto observado em eleições anteriores.

Por diversos fatores, a vitória de Funes – por 51,23% dos votos válidos – foi um feito histórico, um demonstrativo da pluralidade de um sistema já desgastado, mas ainda assim resiliente o suficiente para preservar parte de suas bases democráticas. Ela representou, no âmbito internacional, “um dos poucos casos em democracias da terceira onda em que um ex-grupo guerrilheiro subiu ao poder por meio de eleições livres e competitivas” (AZPURU, 2010, p. 104, tradução nossa)³³. Paradoxalmente, no entanto, seu sucesso também foi um preocupante sintoma da espiral antipolítica inaugurada pela ARENA. Pela segunda vez consecutiva, El Salvador elegeu um *outsider* enquanto presidente, um feito único entre as nações centro-americanas (CARRERAS, 2013, p. 22). Para Suárez (1982),

“Facilitar a nomeação de candidatos com pouca experiência político-administrativa como presidente tem dois sérios inconvenientes: administrativamente, a competência presidencial é diminuída [...]; politicamente, o desenvolvimento do personalismo é incentivado.” (p. 131, tradução nossa)³⁴

³² *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo* (FARC-EP), foi uma organização guerrilheira marxista colombiana atuante entre 1964 e 2017. Hodiernamente, inspirado pela FMLN e pelos sandinistas, o grupo se tornou uma força política, alterando o seu nome para Comuns (*Comunes*, em espanhol) (ARANGO, 2020)

³³ “[...] *one of the few cases in third wave democracies in which a former guerrilla group has gained power through free and competitive elections.*”

³⁴ “*Facilitar el nombramiento como presidente de candidatos con poca experiencia político-administrativa presenta dos graves inconvenientes: administrativamente, se disminuye la competencia presidencial [...]; políticamente, se favorece el desarrollo del personalismo*”

Com o país mais uma vez sendo presidido por uma celebridade do ramo do entretenimento e a polarização ameaçando destruir o ambiente democrático pós-guerra, o governo Funes encontrou grandes dificuldades em cumprir as ambiciosas promessas de campanhas, de forte cunho social, além de demonstrar uma latente inexperiência em costurar acordos e alianças no âmbito legislativo. Além disso, a criminalidade, com o aumento da influência das *maras* nos subúrbios da capital, bem como a estagnação econômica, continuaram a serem problemas aparentemente insolúveis para o aparato governamental, em parte controlado por um grupo neoliberal conhecido como “Amigos de Maurício”³⁵. De acordo com uma pesquisa de avaliação de governo feita pelo IUDOP em 2011 (AGUILAR, 2011), 62,4% dos salvadorenhos acreditavam ter ocorrido uma piora dos índices econômicos durante a administração Funes, com 61.7% deixando de usar transporte público como uma forma de lidar com o aumento do custo de vida – ainda assim uma queda de 4,2% se comparado com a pesquisa anterior feita em 2008, nota-se.

Com o esmorecimento do otimismo popular, este causado pelo encerramento de 20 anos de hegemonia conservadora, as eleições presidenciais de 2014 se aproximaram sem que houvesse um lado favorito. A conquista de 33 cadeiras na Assembleia por parte da ARENA durante as eleições legislativas de 2012, contra as 31 obtidas pela governista FMLN, juntamente com a adoção de uma retórica populista por ambos os lados apontavam, mais uma vez, para um cenário eleitoral tumultuado. Eternamente divididos no campo ideológico, os marxistas optaram por candidatar Sánchez Céren, vice de Funes e ex-comandante *farabundísta*. A ARENA, por outro lado, em uma tentativa de expandir sua influência na classe média, decidiu apostar no moderado Norman Quijano, dentista e ex-prefeito de São Salvador.

O período de disputa eleitoral que se seguiu foi, certamente, o ponto alto do antagonismo herdado na guerra civil entre esquerda e direita no país. Ambos os lados investiram em discursos agressivos e acusatórios, fortemente influenciados pelo aumento da criminalidade, desigualdade e índices econômicos decepcionantes. Enquanto a FMLN foi, mais uma vez, retratada como uma ameaça socialista

³⁵ Principais financiadores da campanha de Funes, o grupo era composto por membros da elite socioeconômica do país: banqueiros, empresários, ex-altos funcionários de governos anteriores, militares e até mesmo um antigo dirigente do PCN, Luis Lagos. A falta de capital político por parte de Funes fez com que o grupo se tornasse bastante influente política e administrativamente, ocupando cargos estratégicos no governo.

autoritária, subserviente aos interesses cubanos e venezuelanos, a ARENA foi vista como uma ameaça plutocrática conservadora, subserviente aos interesses estadunidenses.

Com a degeneração do debate político e a radicalização do discurso, o golpe mortal para a democracia salvadorenha estabelecida em Chapultepec veio ao fim das eleições, quando Quijano, após perder por uma diferença de 0,22% dos votos válidos, se recusou a aceitar os resultados eleitorais. Os meros 6.364 votos que garantiram a vitória de Céren foram tratados como fruto de uma fraude encabeçada pelos governistas, acusação essa feita sem quaisquer provas cabíveis. Nada menos do que quatro recursos questionando a lisura do processo eleitoral foram apresentados ao TSE, incluindo um do próprio Quijano, desejoso pela anulação do pleito (DALTON, 2014).

Quando mesmo esses recursos foram barrados, a ARENA passou a se dedicar a enfraquecer o governo *farabundísta*, se fazendo valer de sua influência na Assembleia para travar quaisquer projetos governamentais, ao mesmo tempo em que se recusava a aceitar os resultados eleitorais. A FMLN, mesmo saindo vitoriosa, se viu em uma situação ainda mais sensível quando, somado com as pressões políticas e antidemocráticas da oposição conservadora, tornaram-se públicos casos de corrupção envolvendo inicialmente a administração Funes e mais tarde, também a administração Céren (RENTERIA, 2017). A acusação de que centenas de milhares de dólares teriam sido lavados por Funes por meio de paraísos fiscais caiu como uma bomba em uma FMLN cada vez mais pressionada interna e externamente. Ademais, o aparente desinteresse em mudar o modelo econômico neoliberal estabelecido pelos consecutivos governos da ARENA e a constante expulsão de figuras históricas trouxeram, também, um nível de descrédito popular inédito na história do partido.

A estagnação socioeconômica, juntamente com os sempre altos índices de criminalidade, alienação política e os casos de corrupção estatal que passaram a surgir durante os governos Funes e Céren, levaram, ultimamente, ao fim do pacto democrático estabelecido em 92, durante o processo de paz. Com o sistema informal de dois partidos caindo em descrédito e as novas gerações não mais interessadas pela manutenção de uma divisão política originária de um conflito ocorrido quase três décadas atrás, as claudicantes ARENA e FMLN acabaram perdendo espaço para um

dos mais expressivos e bem-sucedidos movimentos *antiestablishment* do séc. XXI, encabeçado pelo *outsider* Nayib Bukele.

6 “Tsunami Bukele” e as eleições de 2019

Como nos asseveram Girón e Marroquin (2019), as eleições presidenciais de 2019 estiveram marcadas pelo desgaste dos dois partidos que mantiveram o poder desde 1989. Os escândalos de corrupção e a dificuldade em estabelecer governos suficientemente estáveis e progressistas levaram à implosão da FMLN, fazendo com que uma das entidades marxistas mais tradicionais da América Central perdesse praticamente todo o seu protagonismo a âmbito nacional. Já a ARENA, mesmo assumindo um discurso militarista e conservador, também sofreu grandemente com o reavivamento e também a descoberta de casos de corrupção envolvendo administrações tão antigas quanto a de Cristiani, presidente em cargo durante as tratativas de paz.

Dessa maneira, o impulso popular contra o sistema bipartidário salvadorenho fez com que, de maneira inédita no pós-guerra, um candidato de outro partido, Nayib Bukele, fosse o favorito para as eleições presidenciais. Tal qual afirma Carreras (2012), “o surgimento de *outsiders* políticos também pode ser resultado da crise de legitimidade que afetam partidos políticos tradicionais e outras instituições políticas em países latino-americanos”³⁶. Apesar de seu discurso antissistema, Bukele já era uma conhecida figura política do país em 2019. Membro de uma influente família de origem palestina, sua vida profissional sempre esteve diretamente relacionada com o ambiente político salvadorenho: desde os seus 23 anos, graças a proximidade entre o seu pai, o empresário Armando Bukele, e o ex-comandante e candidato à presidência Schafik Hándal, Bukele esteve envolvido com a direção de *marketing* da FMLN (BALDOVINOS, 2021), partido esse onde galgou rapidamente posições. Aos 31, após ser eleito alcaide do pequeno município de Nuevo Cuscatlán, sob as bençãos dos caciques do partido, chamou atenção nacionalmente pela sua gestão de caráter desenvolvimentista, marcada pelos altos investimentos em urbanização e

³⁶ “The rise of political outsiders may also result from the legitimacy crisis affecting traditional political parties and other political institutions in Latin American countries.”

infraestrutura realizados por tanto empresários próximos da família quanto pela *Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA)*³⁷.

O reconhecimento nacional de seu primeiro sucesso administrativo fez com que Bukele viesse a tentar, nas eleições legislativas de 2015, a prefeitura de São Salvador, um conhecido trampolim para a candidatura presidencial³⁸. Liderando uma coalizão entre a FMLN e o Partido Progressista Salvadorenho (PSP)³⁹, o empresário logrou a retomada da capital ao sair vitorioso com 50,37% dos votos, dessa maneira substituindo o conservador e futuro candidato à presidência Norman Quijano na administração do maior centro socioeconômico do país. Sobre sua gestão, Baldovinos (2021) nos diz que Bukele

“[...] realizou uma série de projetos ambiciosos e atraentes para revitalizar e melhorar os espaços públicos, bem como iniciativas de inclusão social nas áreas mais empobrecidas. Vale destacar nesse esforço as habilidades de negociação da equipe de Bukele, que soube lidar com o espinhoso problema dos vendedores ambulantes sem enfrentar qualquer rebelião de um grupo particularmente batalhador. [...] O centro de San Salvador vinha sofrendo de negligência e deterioração palpáveis, e as obras de Bukele revalorizaram essa área como um espaço de reunião entre grupos sociais e gerações. Por outro lado, por meio de um sofisticado aparato de comunicação que se aproveitou do potencial de ressonância sem precedentes das redes sociais, conseguiu divulgar sua gestão e, assim, driblar um poder midiático cada vez mais hostil.” (tradução nossa)⁴⁰

³⁷ A PDVSA é uma empresa estatal venezuelana que tem uma subsidiária em El Salvador, de nome *Alba Petróleos*. Esta subsidiária foi formada em 2006 pela PDVSA e prefeituras da FMLN, sendo responsável por gerenciar um terminal e uma cadeia de distribuição de combustíveis em El Salvador. No entanto, suas atividades no país não se limitam apenas ao setor petrolífero, tendo a expansão de atividades sido acompanhada pela criação de novas filiais, como a *Alba Gas*, voltada para a exportação de gás natural, e a *Alba Alimentos*, voltada para o financiamento da agropecuária familiar e de pequeno porte.

³⁸ Entre tantos, José Napoleón Duarte (1984-1989) e Armando Calderón Sol (1994-1999) foram prefeitos de São Salvador e presidentes; Hector Silva Arguello (1997-2003), Carlos Rivas Zamora (2003-2006) e Norman Quijano (2009-2012) foram prefeitos e postulantes à presidência.

³⁹ *Partido Salvadoreño Progresista*

⁴⁰ “[...] *llevó a cabo una de serie de ambiciosos y atractivos proyectos de rescate y mejora de los espacios públicos, así como de iniciativas de inclusión social en las zonas más depauperadas. Es de resaltar en este esfuerzo, la habilidad negociadora del equipo de Bukele, quien supo abordar el espinoso problema de los vendedores ambulantes sin enfrentar ninguna rebelión de un gremio singularmente aguerrido. [...] El centro de San Salvador venía sufriendo un descuido y un deterioro palpables y las obras de Bukele revaloraron esta zona como espacio de reencuentro entre grupos sociales y generaciones. Por otra parte, a través de un sofisticado aparato de comunicación que aprovechaba el potencial inédito de resonancia de las redes sociales, fue capaz de publicitar su gestión y sortear así un poder mediático cada vez más hostil.*”

No entanto, tal crescente influência e *expertise* midiática não viriam a ser utilizadas apenas como uma forma de se comunicar com o eleitorado. Sua equipe também esteve relacionada direta e indiretamente com o espalhamento de notícias falsas, ataques cibernéticos de larga escala e até mesmo a falsificação da página da web de um dos maiores jornais de El Salvador, em um caso conhecido como “*Trollcenter*” (MADRID, 2018). É importante ressaltar, também, que muito do financiamento desses ataques vieram do próprio tesouro municipal, com o departamento de marketing gastando dezenas de milhares de dólares para que empresas de fachada viralizassem notícias favoráveis ao prefeito (MADRID, 2018).

A FMLN, por sua vez, beneficiada pela revitalização de sua própria imagem perante o eleitorado mais jovem por meio da persona rebelde e iconoclasta de Bukele (BALDOVINOS, 2021), inocentemente decidiu por minimizar seus primeiros flertes antidemocráticos, falhando em perceber o perigo de se alimentar as ambições de uma figura como a do empresário. A velha guarda de ex-guerrilheiros que teimosamente se recusava a deixar a liderança da FMLN era simplesmente demasiado desatualizada para compreender as implicações de uma El Salvador cada vez mais globalizada e, por conseguinte, desenvolvida tecnologicamente. Bukele, ao contrário, forjou seu perfil enquanto político a partir do mundo digital. As redes sociais eram um canal significativamente mais direto e autêntico que os meios de comunicação e entretenimento tradicionais (GIRÓN; MARROQUÍN, 2019), perfeito para o discurso *antiestablishment* populista alienador ainda hoje empregado pelo empresário.

Ademais, as polêmicas envolvendo Bukele durante seu período enquanto prefeito de São Salvador não se limitaram ao uso questionável das redes sociais: frustrado pela falta de suporte da FMLN em seu objetivo de se tornar presidente, passou a entrar em conflito abertamente com os caciques do partido, inclusive demitindo diversos de seus membros que atuavam enquanto funcionários do aparato público municipal (CARTAGENA, 2019). Com a lei eleitoral salvadorenha buscando barrar o chamado “transfuguismo partidário”, Nayib empreendeu uma longa campanha de ataques e acusações contra os seus aliados farabundistas, um desgaste de relações que objetivava exclusivamente a sua expulsão – e, por conseguinte, possibilitar sua inscrição para os comícios presidenciais de 2019

(BALDOVINOS, 2021). Em outubro de 2017, após um absurdo incidente na qual o prefeito teria lançado uma maçã em uma aliada durante as atividades do Conselho Municipal, um processo administrativo interno foi aberto e, em uma demonstração de inocência e fuga da realidade, a comissão de ética do partido decidiu por expulsá-lo, e não o advertir, o que, de acordo com a legislação salvadorenha da época, faria com que o aspirante à candidato ficasse inelegível para as próximas eleições (BALDOVINOS, 2021).

Dessa maneira, se fazendo valer de uma estratégia de comunicações única no país, a expulsão de Bukele da FMLN acabou se tornando um drama midiático nacionalmente comentado, com o *outsider* sendo retratado como vítima de um expurgo de uma instituição corrupta e autoritária. Todo esse episódio provou-se ser um divisor de águas tanto para a FMLN, quanto para Bukele. Por um lado, a aparentemente injusta expulsão do político mais popular do país foi um golpe terrível para a popularidade de uma instituição com graves deficiências estruturais; por outro, o papel de vítima de um sistema político corrompido acabou dando significativa propulsão às ambições eleitoreiras do jovem político, tornando-o o favorito para a presidência.

Agora competindo sob a bandeira do insignificante Grande Aliança pela Unidade Nacional (GANU)⁴¹, Bukele passou a radicalizar o seu discurso, se fazendo valer da frustração do eleitorado com as duas principais forças políticas do país para angariar votos de ambas as bases. Além disso, sua forte presença nas redes sociais, principal diferencial para com os outros candidatos, somado com a normalização de ataques contra veículos tradicionais de informação, fizeram com que Bukele conseguisse evitar com sucesso o escrutínio público e midiático (BALDOVINOS, 2021), com a maior parte de sua campanha sendo realizada no meio digital, em especial no Twitter e WhatsApp. De acordo com Girón e Marroquín (2019, p. 27), entre janeiro e fevereiro de 2019, já durante a corrida eleitoral, Bukele postou uma média de 80,53 vezes por dia na plataforma Twitter, cinco vezes mais do que seu principal rival, o conservador Carlos Calleja, cuja campanha se limitou a 17 postagens diárias.

⁴¹ *Gran Alianza por la Unidad Nacional*

Com a FMLN tendo destruído suas chances de se manter no poder com o desgaste causado pela expulsão de seu membro mais influente, Bukele direcionou todos os seus esforços em atacar Calleja, candidato da ARENA e principal aposta das elites salvadorenhas para retomar o poder após uma década. Tendo passado a maior parte da sua vida nos Estados Unidos, onde desenvolveu um “ligeiro, mas inconfundível” sotaque (BALDOVINOS, 2021), Calleja foi um alvo fácil para o aparato midiático bukalista, estruturado em um pequeno exército de blogueiros e *influencers* digitais. Sendo retratado como um incompetente, não-salvadorenho e representante da burguesia, Calleja foi, desde o início, forçado a assumir uma postura defensiva, se deixando levar pelo ritmo ditado pelos seus novos contendores.

Dessa forma, tendo enfraquecido com sucesso seus dois maiores oponentes, estava aberto o caminho para a eleição do terceiro presidente *outsider* da história do país. Seu discurso, estruturado no combate a corrupção, investimento em infraestrutura e na radical reestruturação da política interna do país fizeram com que, na noite de 3 de fevereiro de 2019, Bukele alcançasse o auge da sua carreira ao ser oficialmente eleito presidente de El Salvador (CARTAGENA, 2019). Ademais, a simplicidade de suas propostas, muitas das vezes expostas sem qualquer tipo de planejamento acerca de como serem empreendidas, se provaram demasiadamente tentadoras para uma sociedade dividida econômica, social e politicamente. Sobre isso, Quezada (2022, p. 64), afirma que “as democracias provaram serem impotentes diante daqueles que oferecem uma simplificação tranquilizadora, mas perversa, [...] dos complexos problemas da gestão política. Nayib Bukele, enquanto candidato, ilustrou muito bem a operacionalização dessa lógica.”⁴²

Os primeiros meses da nova gestão estiveram marcados pelo desmascaramento de supostos casos de corrupção envolvendo governos anteriores, com dezenas de indivíduos, em teoria associados a ARENA e FMLN, sendo sumariamente expulsos do aparato estatal. Esse tipo de demonstração explosiva de poder, caracteristicamente populista, é um representativo do *modus operandi* do governo bukalista. Já tendo se definido como o presidente mais “cool” do planeta, Bukele conhecidamente busca se fazer valer de excentricidades nos âmbitos

⁴² “las democracias han demostrado ser impotentes ante quienes ofrecen una simplificación tranquilizadora, pero perversa, [...] de los problemas complejos de la gestión política. Nayib Bukele como candidato ilustró muy bien la operativización de esta lógica”

administrativo e econômico para garantir a manutenção de sua persona jovial, impulsiva e dinâmica, cuidadosamente criada por meio de seu complexo aparato propagandístico. Em um dos exemplos mais famosos, seu governo decidiu, com a ajuda de um Legislativo já domesticado, adotar o Bitcoin como moeda de curso legal. Tendo ajudado o seu país a se tornar o primeiro do mundo a oficializar uma criptomoeda enquanto moeda oficial, Bukele foi além ao investir centenas de milhões de dólares do tesouro nacional na compra da moeda (RUBINSTEIN, 2022), conhecida pela sua inconstância e volatilidade.

Não obstante, a utilização de redes sociais continua a ser também um tópico polêmico envolvendo o atual presidente do país. Segundo Carreras (2012, Apud O'Donnell, 1994, tradução nossa⁴³), “*outsiders* eleitos podem buscar um vínculo pessoal com o eleitorado, ignorando instituições intermediárias e engajando em formas delegativas de democracia”. Essa é precisamente a estratégia adotada pela administração bukelistas, cuja simbiose com as mídias digitais representa uma estratégia até aquele momento inédita no âmbito latino-americano. Acerca do tema, nos diz Ruiz-Alba e Mancinas-Chávez (2019):

“O presidente, Nayib Bukele, alcançou uma popularidade no contexto digital, triunfando de uma forma nunca antes vista entre os líderes de El Salvador nem nos países vizinhos. É notável o fato de ser o primeiro presidente da América Central a utilizar técnicas de comunicação digital, semelhantes às utilizadas por outros líderes de países com realidades sociais muito diferentes. Nayib Bukele seguiu uma estratégia de autopromoção na sua conta do Twitter, com a qual procurou criar uma imagem pessoal positiva. [...] Bukele não publica mensagens de interesse nacional ou de serviço público, como seria de esperar de um dirigente que representa a Presidência de um país. Para além disso, apresentou-se publicamente como o “salvador” que irá resgatar o país da difícil realidade social que enfrenta.” (p. 271, tradução nossa)⁴⁴

⁴³ “*Elected outsiders may seek a personal bond with the electorate, bypassing intermediary institutions and engaging in delegative forms of democracy*”

⁴⁴ “*The president, Nayib Bukele, has achieved a popularity within the digital context, triumphing in a way that never before been seen among the leaders of El Salvador nor in neighboring countries. It is notable that he is the first president in Central America to employ digital communication techniques, similar to those used by other leaders of countries with very different social realities. Nayib Bukele has followed a strategy of self-promotion on his Twitter account, with which he has sought to create a personal image in a positive light. [...] Bukele posts no messages of national interest or of public service which might be expected from a leader who represents the Presidency of a country. In addition, he has presented himself publicly as the “savior” who will rescue the country from the difficult social reality which it faces.*”

Nesse sentido, Bukele também vê em sua conta na plataforma Twitter uma ferramenta administrativa, se fazendo valer de seu papel enquanto chefe de estado para delegar ordens e tarefas para seus subordinados via postagens públicas (BALDOVINOS, 2021). Em um desses momentos, logo nos primeiros dias de governo, ordenou a demissão de dezenas de funcionários públicos vinculados às administrações da FMLN (NAVAS, 2020, p. 544), em uma clara violação das normas trabalhistas salvadorenhas. Interessantemente, a transparência populista aqui referenciada não se limita apenas a figura presidencial: seus ministros também se mostram engajados nas redes sociais, publicamente respondendo às ordens presidenciais, atacando opositores, espalhando notícias falsas ou até mesmo solicitando investimentos para o governo federal.

Externamente, é pelo combate às *pandillas* que a administração Bukele é mais conhecida. Nessa direção, a solução apresentada para o controle na criminalidade foi a remilitarização das forças de segurança do país, o que representa uma significativa violação daquilo acordado em Chapultepec, três décadas atrás. Seu carro-chefe é o chamado Plano de Controle Territorial⁴⁵, um programa de segurança baseado na utilização das forças armadas e policiais na invasão e ocupação de regiões historicamente controladas pelas gangues do país (FERNANDÉZ, 2023). Com as fontes oficiais alardeando uma queda de 45% dos homicídios entre 2019 e 2020, supostamente os menores indicadores do tipo na história de um país conhecido por ser o epicentro mundial da violência, não faltaram associações entre o milagre salvadorenho e a posição militarista do governo. Aqui também vemos sinais do atabalhado e intempestivo populismo de Bukele, por vezes mais preocupado em causar impacto entre o eleitorado do que em lidar seriamente com os problemas enfrentados na região. Entre as suas excentricidades na área, está a construção do Centro de Confinamento para o Terrorismo⁴⁶, cuja capacidade de 40 mil presos faz com que o menor país da América Central se encontre na canhestra posição de

⁴⁵ *Plán de Contról Territorial*

⁴⁶ *Centro de Confinamiento del Terrorismo*

possuir o maior complexo penitenciário de todo o continente americano (MALDONADO, 2023).

Ademais, também é válido apontar que El Salvador se encontra, desde 27 de março de 2022⁴⁷, sob um regime de exceção. Se fazendo valer do artigo 29 da constituição do país, a imposição de um estado de emergência foi causada pelo massacre de quase 90 pessoas por parte da Mara Salvatrucha-13, um influente grupo criminoso fundado por refugiados salvadorenhos nos Estados Unidos ainda durante os combates entre as forças da FMLN e do governo. Tendo acumulado mais de 65 mil detentos, ou estratosféricos 2% da população, muito se discute se o estabelecimento e manutenção da atual medida, responsável por suspender direitos fundamentais básicos, não seriam uma forma encontrada pelo regime bukalista de consolidação antidemocrática de poder (LOURENÇO, 2022). Curiosamente, o atual governo é também acusado de forjar os positivos índices criminais, tão propagandeados, por meio de negociações secretas com as lideranças das *pandillas*, que receberiam benefícios caso concordassem em reduzir, por conta própria, o número de homicídios (FERNÁNDEZ, 2023). Nesse sentido, o referido massacre teria acontecido como um sinal de desagrado por parte da Mara Salvatrucha, com os seus líderes valendo-se de veículos da imprensa nacional para denunciar o descumprimento, por parte do governo, dos acordos de “pacificação” estabelecidos (TAVARES, 2023)

O próprio estabelecimento do ambicioso Plano de Controle Territorial, por exemplo, esteve envolto em graves violações ao Estado Constitucional de Direito salvorenho. Tendo a FMLN e ARENA, que naquele momento ainda eram os partidos mais influentes da Assembleia, demonstrado consecutivamente seu desinteresse em aprovar o direcionamento de centenas de milhões de dólares do tesouro nacional em um projeto de remilitarização das forças de segurança, Bukele passou a ameaçar a destituição dos deputados da oposição sob um suposto direito popular a insurreição. Quando nem isso pareceu ser o suficiente para convencer os opositoristas a repensar sua posição, Bukele, acompanhado de efetivos da PNC e das FAS, não apenas invadiu o Parlamento como, se fazendo valer de um suposto “direito divino”, presidiu ele mesmo uma sessão do plenário, sendo esse considerado,

⁴⁷ Até o momento em que essa pesquisa é elaborada, em novembro de 2023.

até o momento, a mais grave afronta à ordem institucional desde Chapultepec (BALDOVINOS, 2021).

O protagonismo do movimento bukalista viria ser definitivamente consolidado com as eleições legislativas de 2021, as décimas desde o fim da guerra civil. Se aproveitando da popularidade da administração atual, o governista *Nuevas Ideas* conquistou, logo em sua estreia eleitoral, impressionantes 56 das 84 cadeiras da Assembleia (TSE, 2021), um predomínio partidário parlamentar inédito de mais de 66%. Somado a isso, o sufocamento dos opositores FMLN e ARENA, cujos votos totais somados não chegaram a um terço daqueles direcionados ao NI, trouxe a dominância política necessária para que Bukele se sentisse confortável em dar prosseguimento a erosão das bases constitucionais do Estado de Direito salvadorenho.

Tabela 4 – Resultado para as eleições municipais e para o Legislativo de 2021

	PARTIDOS				
	NI	ARENA	FMLN	GANNA	PCN
Nº de municípios	152	35	27	30	14
Nº de deputados	56	14	4	5	2

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral de El Salvador (TSE). Acesso em: 22 nov. 2023

Com o Legislativo virtualmente domesticado e a agenda política do país submetida ao discurso personalista populista do chefe do Executivo, o foco do aparato difamatório bukalista passaria a ser o último poder com algum grau de independência: o Judiciário. Dessa forma, o que se iniciou com a constitucionalmente questionável destituição de juizes da Câmara Constitucional da Suprema Corte que se recusaram a validar algumas medidas excêntricas e repressivas tomadas pelo governo durante o período pandêmico, logo se desenvolveu em um ataque direto contra toda a estrutura judiciária (CORREA, 2023). Ainda em 2021, a aprovação de uma reforma legislativa pela Assembleia acabou fazendo com que nada menos do que um terço

dos 690 juizes do país fossem compulsoriamente aposentados devido à sua idade ou tempo de serviço, bem como dezenas de promotores.

Tais movimentações são particularmente sensíveis em modelos democráticos de governo, estruturados no equilíbrio entre os Poderes. A atuação fiscalizatória do Judiciário, mesmo carente de uma ampla reforma e estabelecida a partir das bases constitucionais de 83, sempre foi essencial para a manutenção do Estado de Direito salvadorenho. No entanto, os constantes ataques de Bukele e seus apoiadores, cuja falta de comprometimento em seguir as vias democráticas faz-se notória, acabam por impedir, ou ao menos limitar, tal independência judicial. Ademais, seguindo o modus operandi de outros líderes autoritários populistas, o chefe de estado salvadorenho busca direcionar a opinião pública ao se colocar enquanto vítima de uma suposta “ditadura do Judiciário”, sendo essa, naturalmente, uma acusação carente de provas cabíveis.

7 Considerações Finais

“Para aqueles que o regime ou qualquer de seus funcionários considerem inimigos, já não há escapatória. Qualquer um agora está sujeito ao assédio judicial, sem direito ao devido processo, sem defesa possível. Já não há mais independência judicial, nem garantia constitucionais nem recursos judiciais. Já não há Estado de Direito. Para os amigos do regime, por outro lado, já não há mais temor de que seus delitos sejam punidos”. (EL PAÍS, 2021)

Diante do grau de complexidade envolvendo a política nacional salvadorenha pós-guerra civil, em especial quando se leva em conta em conta as origens e formações de suas principais forças partidárias, faz-se necessária a indagação: quais fatores levaram a derrocada do Estado de Direito do país? Como um modelo de reestruturação nacional socioeconômica que durante décadas foi tratado como um sucesso diplomático e serviu de modelo para outras nações periféricas pode ter falhado de maneira tão espetacular? É imperioso destacar, aqui, que a experiência democrática de El Salvador não se baseia em experiência revolucionária de tipo algum, sendo pouco mais do que uma versão neoliberal e menos colonialista do que aquela que vigorava no país desde antes de sua independência, em 1821.

O primeiro ponto a ser destacado é o próprio Acordo de Chapultepec, responsável por encerrar com a guerra civil. Mesmo sendo significativamente progressista, seu texto ainda falha ao evitar algumas das questões mais sensíveis para a população revoltosa. Pontos como a reforma agrária, o fim das forças armadas e a criação de programas de redistribuição de renda foram menosprezados, grandemente adaptados ou até mesmo ignorados (KARL, 1991), com as equipes de construção e manutenção de paz da ONU inocentemente acreditando que um país excludente, desigual e, já naquela época, polarizado, conseguiria, a longo prazo, se reestruturar sem ajuda técnica e financeira internacional. O que inicialmente se apresentava como o sonho de uma revolução social por parte das forças insurgentes, acabaria se tornando uma revolução negociada, ainda baseada na manutenção dos privilégios das classes mais abastadas.

Além disso, é imperioso ressaltar, também, o papel das duas principais forças políticas do país. No lado da FMLN, a incapacidade de se colocar enquanto uma força partidária razoavelmente coesa, sofrendo de rixas internas mesmo após ter ganhado as eleições presidenciais, significou, em especial nos primeiros anos pós-guerra, o desbalanceamento do *status quo* político salvadorenho, com o consequente predomínio das forças conservadoras causando a estagnação de projetos essenciais, como a redistribuição de renda e a punição de militares e paramilitares envolvidos em crimes contra a humanidade. Ademais, a FMLN também demonstrou ser incapaz de se modernizar estrutural e ideologicamente, ainda sendo controlada pela velha guarda guerrilheira ortodoxa mesmo décadas após o fim dos conflitos. Com isso, não apenas o partido se distanciou da sociedade civil na qual deveria servir, como também demonstrou ser incapaz de atender as suas novas necessidades, preferindo manter, quando finalmente chegou no poder em 2009, as mesmas venosas políticas neoliberais estabelecidas pelos conservadores em governos passados.

No entanto, é a ARENA a principal força política a ser responsabilizada pela erosão das bases constitucionais de El Salvador. Desde o início, em um movimento calculado para implodir o apoio popular *farabundísta*, a força conservadora não hesitou em trabalhar pela radicalização do cenário político do país, inicialmente por meio de calúnias e *fake news*, geralmente associando a oposição à grupos criminosos ou outros estados governados pela esquerda, como Cuba e Nicarágua, e mais tarde atacando diretamente o Estado de Direito salvadorenho, chegando ao ápice de se

recusar a reconhecer a integridade das eleições presidenciais de 2014. Nesse sentido, a escolha de Antônio Saca também é um demonstrativo da disposição da ARENA – mimetizada acriticamente mais tarde pela FMLN com Mauricio Funes, vale dizer – em se fazer valer de um discurso antissistema como forma de se distanciar de suas próprias administrações neoliberais, responsáveis pelo manutenção dos altíssimos índices de desigualdade observados no país durante todo o séc. XXI. O declínio do sistema partidário surge como consequência de crises de governabilidade criadas pela inabilidade de partidos tradicionais em solucionar problemas socioeconômicos persistentes (CARRERAS, 2012, p. 1461), o cenário perfeito para o desenvolvimento de *outsiders*.

Não é exagero afirmar, dessa maneira, que o sucesso meteórico do populismo bukelistas se encontra diretamente relacionado com o modelo econômico, político e societário na qual El Salvador se estruturou no período pós-guerra. Como ressalta Knight (1998), o populismo é um modelo altamente dinâmico e fluído, sendo pouco mais do que um produto da insatisfação popular e incerteza econômica regionais. Se fazendo valer de um discurso antissistema, militarista e autoritário, juntamente com o manutenção de uma estratégia de comunicação agressiva e caluniária, Bukele logrou findar três décadas de um bipartidarismo informal que ameaçava fraturar o país.

No entanto, a eleição de Bukele é, por si só, um golpe terrível para a manutenção da democracia salvadorenha. Por meio de um jogo duro constitucional, o presidente antipolítico subverte o próprio Estado de Direito ao perseguir oponentes, violar direitos humanos e desrespeitar as linhas dos três poderes constitucionais por meio do uso radical da lei. Como bem definiu Quezada:

“[...] com uma roupagem aparentemente inovadora que a sua audácia juvenil milenar prometia aquando da sua tomada de posse, Nayib Bukele mostrava já o que mais tarde se viria a confirmar plenamente com a consolidação do seu mandato como presidente: que ele não era um representante de uma nova geração destinada a renovar as lideranças políticas que os novos tempos exigiam, com um discurso progressista e promessas de justiça social, mas sim mais uma das lideranças populistas associadas às conhecidas e perigosas, além de repudiáveis, figuras de Trump, Bolsonaro, Erdogan, Orban e Duterte.” (2022. P. 63, tradução nossa⁴⁸)

⁴⁸ “[...] con un ropaje aparentemente novedoso que su audacia juvenil millennial prometía al momento de juramentar el cargo, Nayib Bukele mostraba ya lo que luego se confirmaría plenamente, a medida

Em suma, o cenário político salvadorenho em 2023 é o de terra arrasada. Antes tratada como um modelo a ser seguido para outras nações periféricas, símbolo da reconstrução pacífica e diplomática em um mundo pós-Guerra Fria, a reconstrução democrática salvadorenha hoje é pouco mais do que um conceito, tendo sido ultimamente subvertida em um modelo populista de bases autoritárias. As antigas forças partidárias da região, grandemente responsáveis pela debilidade institucional e pela alienação do discurso político, se enfraqueceram a ponto de não conseguirem se estabelecer enquanto uma oposição viável, com a FMLN, principal afetada eleitoralmente pelos casos de corrupção governamentais e pelos constantes ataques da atual administração, por pouco não sendo relegada ao esquecimento. Mais do que apenas mais um sucesso de um movimento populista latino-americano, o “Efeito Bukele” deve também ser tratado sob uma outra ótica: um lembrete sombrio da importância de garantirmos a manutenção de um ambiente democrático saudável e plural, sem *outsiders* de tipo algum.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Jeannette. *Evaluación de la opinión pública sobre el segundo año de gobierno de Mauricio Funes*. **ECA; Estudios Centroamericanos**, 66(725), p. 165-177, 2011

ANSORG, Nadine; KURTENBACH, Sabine. *Promoting Peace and Impunity? Amnesty Laws after War in El Salvador and beyond*. **Journal of Global Security Studies**, v. 8, n. 2, p. 010, 2023.

ARANGO, Carlos. **FARC veinte años. De Marquetalia a la Uribe**. Ediciones Aurora, 2020.

AZPURU, Dinorah. *The salience of ideology: fifteen years of presidential elections in El Salvador*. **Latin American Politics and Society**, v. 52, n. 2, p. 103-138, 2010

BARR, Robert R. *Populists, outsiders and anti-establishment politics*. **Party politics**, v. 15, n. 1, p. 29-48, 2009.

que se consolidara su gestión como presidente: que él no era un representante de una nueva generación destinada a renovar los liderazgos políticos que los nuevos tiempos demandaban, con un discurso progresista y de promesas de justicia social, sino era más bien uno más de los liderazgos populistas asociados a las reconocidas y peligrosas, amén de repudiables, figuras de los Trump, Bolsonaro, Erdogan, Orban o Duterte”

BALDOVINOS, Ricardo. *Nayib Bukele: populismo e implosión democrática en El Salvador*. **Andamios**, v. 18, n. 46, p. 233-255, 2021.

BOYCE, Jame K. (Ed.). ***Economic policy for building peace: The lessons of El Salvador***. Lynne Rienner Publishers, 1996.

CALL, Charles T. *Democratisation, war and state-building: Constructing the rule of law in El Salvador*. **Journal of Latin American Studies**, v. 35, n. 4, p. 827-862, 2003.

CARRERAS, Miguel. *The rise of outsiders in Latin America, 1980–2010: An institutionalist perspective*. **Comparative Political Studies**, v. 45, n. 12, p. 1451-1482, 2012.

CARTAGENA, Malcom. *Nayib Bukele: un presidente «millenial» para El Salvador*. **Nueva Sociedad**, 2019. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/bukele-salvador-elecciones-corrupcion-progresismo-millenial/>. Acesso em: 18 nov 2023.

CORREA, Anne-Dominique. **Em El Salvador, bitcoins, gangues e um presidente barulhento**. **Le Monde Diplomatique**, 2023. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/em-el-salvador-bitcoins-gangues-e-um-presidente-barulhento/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

DADA, Héctor, *Elecciones y democracia*. **Revista Nueva Sociedad**, v. 132, p. 22-28

DALTON, Juan. Sánchez Cerén, ex-líder guerrilheiro, é o presidente eleito de El Salvador. **El País**. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/17/internacional/1395091884_319461.html> Acesso em: 14 nov. 2023.

DEL CASTILLO, Graciana. *Post-conflict reconstruction and the challenge to international organizations: The case of El Salvador*. **World Development**, v. 29, n. 12, p. 1967-1985, 2001.

DE SOTO, Alvaro; DEL CASTILLO, Graciana. *Implementation of comprehensive peace agreements: Staying the course in El Salvador*. **Global Governance**, v. 1, p. 189, 1995.

DOBBINS, James et al. ***Overcoming obstacles to peace: Local factors in nation-building***. Rand Corporation, p. 67-92, 2013.

HOLIDAY, David. *El Salvador's "Model" Democracy*. **Current History**, v. 104, n. 679, p. 77-82, 2005.

GIRÓN, Glenda; MARROQUÍN, Margarita. ***Análisis de la comunicación política en Twitter durante las elecciones presidenciales de El Salvador 2019***. *Nuevos E-Scenarios*, v. 3, p. 11-61, 2019.

GREEN, Amelia Hoover; BALL, Patrick. *Civilian killings and disappearances during civil war in El Salvador (1980–1992)*. **Demographic Research**, v. 41, p. 781-814, 2019.

KARL, Terry Lynn. *El Salvador's negotiated revolution*. **Foreign Aff.**, v. 71, p. 147, 1991.

KINCAID, A. Douglas. *Demilitarization and security in El Salvador and Guatemala: convergences of success and crisis*. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 42, n. 4, p. 39-58, 2000.

KNIGHT, Alan. Populism and neo-populism in Latin America, especially Mexico. **Journal of Latin American Studies**, v. 30, n. 2, p. 223-248, 1998.

LINZ, Juan J.; VALENZUELA, Arturo (Ed.). *The failure of presidential democracy*. Johns Hopkins University Press, 1994.

LOURENÇO, Stella. **Violência em El Salvador: o estado de emergência e a guerra às gangues**. Observatório da Democracia do Mundo, 2022. Disponível em: odc.iri.usp.br/analises/violencia-em-el-salvador-o-estado-de-emergencia-e-a-guerra-as-gangues/. Cesso em 22 nov. 2023.

MADRID, Gabriel. **Implicada en caso Troll Center recibió \$21 mil en periodo de Nayib Bukele**. *La Prensa Grafica*, 2018. Disponível em: <https://www.laprensagrafica.com/elsalvador/Implicada-en-caso-Troll-Center-recibio-21-mil-en-periodo-de-Nayib-Bukele-20181219-0363.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MALDONADO, Carlos. **“La cárcel más grande de América”: la gigantesca prisión de Bukele para encerrar a las maras**. *El País*, 2023. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2023-02-03/la-carcel-mas-grande-de-america-la-gigantesca-prision-de-bukele-para-encerrar-a-las-maras.html>. Acesso em: 21 nov. 2023.

MONTGOMERY, Tommie Sue; WADE, Christine J. **A Revolução Salvadorenha: da revolução à reforma**. Unesp, 2006.

NAVAS, Albertina et al. *Nayib Bukele, ¿el presidente más cool en Twitter o el nuevo populista millennial?*. **GIGAPP Estudios Working Papers**, v. 7, n. 166-182, p. 529-552, 2020.

OSPINA, Hernando. **Na Nicarágua, a sobrevida do sandinismo**. *Le Monde Diplomatique*, 2009. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160816004940/http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=589>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PAIGE, Jeffery M. *Land reform and agrarian revolution in El Salvador: comment on Seligson and Diskin*. **Latin American Research Review**, v. 31, n. 2, p. 127-139, 1996.

QUEZADA, Ángel Sermeño. Nayib Bukele. *Astrolabio: revista internacional de filosofía*, p. 61-72, 2022.

RENTERIA, Nelson. **Salvador court finds ex-president Funes illegally enriched himself**. Reuters, 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-el-salvador-corruption/salvador-court-finds-ex-president-funes-illegally-enriched-himself-idUSKBN1DS2VP>. Acesso em: 14 nov. 2023.

RUBINSTEINN, Gabriel. **Investimento milionário de El Salvador em bitcoin já perdeu 26% do valor**. Exame, 2022. Disponível em: <https://exame.com/future-of-money/investimento-milionario-de-el-salvador-em-bitcoin-ja-perdeu-26-do-valor/>.

Acesso em: 19 nov. 2023

RUIZ-ALBA, Noelia; MANCINAS-CHÁVEZ, Rosalba. *The communications strategy via Twitter of Nayib Bukele: the millennial president of El Salvador*. **Communication & Society**, p. 259-275, 2020.

SUÁREZ, Waldino Cleto. *El poder ejecutivo en América Latina: Su capacidad operativa bajo regímenes presidencialistas de gobierno*. **Revista de Estudios Políticos**, n. 29, p. 109-144, 1982.

TAVARES, Vitor. O presidente 'linha-dura' de um pequeno país que se tornou ídolo nas redes na América Latina. BBC, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/clm9g01zkk9o>. Acesso em 21 nov. 2023

VILLALOBOS, Joaquín. *A Salvadoran Solution Must be Based on Salvadoran Reality*. *El Salvador Perspectives*, 17 de set., 1990.

WOLF, Sonja. *Subverting democracy: elite rule and the limits to political participation in post-war El Salvador*. **Journal of Latin American Studies**, v. 41, n. 3, p. 429-465, 2009.